

**APRESENTAÇÃO GERAL DA  
REGIÃO ADMINISTRATIVA  
ESPECIAL DE MACAU EM 2016**

**Em 2016, o “Décimo Terceiro Plano Quinquenal Nacional” veio esclarecer uma vez mais o estatuto especial e função de Macau no contexto do desenvolvimento geral do País. O Governo da RAEM, com base na planificação e coordenação, elaborou o “Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM (2016-2020)”, clarificando a meta, caminho e perspectiva a seguir por Macau no sentido de aproveitar as suas vantagens únicas na estratégia do desenvolvimento nacional e da promoção da construção de “Um Centro, Uma Plataforma”.**

**Em Outubro, o Primeiro-ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang, visitou Macau, proferiu um discurso temático na cerimónia de abertura da “V Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” e assistiu a cerimónias de lançamento do Projecto do Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, anunciando 19 medidas importantes de apoio ao desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau e 18 novas medidas de aprofundamento da cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa.**

**O Governo da RAEM tem consolidado e reforçado os cinco mecanismos eficientes de longo prazo e das diversas medidas de melhoramento da vida da população. Foi criada a “Comissão de Coordenação da Gestão e do Desenvolvimento da Área Marítima”, presidida pelo Chefe do Executivo, com vista a acelerar a gestão e o aproveitamento dos 85 quilómetros quadrados de área marítima. O Governo efectuou a revisão intercalar do sector do jogo, concluiu basicamente os trabalhos da primeira fase da reorganização de funções e estruturas da Administração Pública, alargou o âmbito da cooperação regional, tendo formado quadros de cooperação com as três grandes esferas económicas, nomeadamente do Delta do Rio das Pérolas, do Delta do Rio Yangtzé e de Pequim-Tianjin-Hebei, e estabelecendo, desta modo, relações de cooperação em múltiplos níveis, formas e vertentes, com o interior do País.**



## Primeiro-ministro, Li Keqiang, Visita Macau e Atribui Benefícios para Apoiar o Desenvolvimento



O Primeiro-ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang, chegou a Macau a 10 de Outubro, numa visita de três dias, para participar na cerimónia de abertura da “V Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. Trata-se da primeira visita a Macau desde que tomou posse como Primeiro-ministro.

## Pleno reconhecimento dos trabalhos do Governo da RAEM pelo Governo Central

A visita a Macau do Primeiro-ministro, Li Keqiang, revestiu-se de um significado muito importante, demonstrando, em primeiro lugar, o pleno reconhecimento dos trabalhos do Governo da Região Administrativa Especial de Macau pelo Governo Central. Ao chegar a Macau, Li Keqiang proferiu um breve discurso, dizendo que esta é a sua primeira visita a Macau. Relembrou que, há seis anos, por ocasião do 10.º aniversário do estabelecimento da RAEM, esteve presente, na qualidade de representante do Governo Central, na cerimónia de inauguração das obras da Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau. E, depois, se deslocou propositadamente à Ponte Flor de Lótus, de onde olhou, de longe, Macau. Acrescentando que: "Hoje piso esta terra de flor de lótus, que é um tesouro, uma região que alcançou com sucesso "um país, dois sistemas". Espero poder ver, visitar e ouvir mais para sentir a mudança do desenvolvimento de Macau".

Na auscultação da apresentação do trabalho desenvolvido pelo Governo da RAEM e num encontro com representantes dos diversos sectores da sociedade, o Primeiro-ministro, Li Keqiang, referiu o reconhecimento dos trabalhos do Governo da Região Administrativa Especial de Macau pelo Governo Central, e exprimiu ainda a esperança e a confiança no desenvolvimento futuro de Macau. Li Keqiang apontou que, sob a liderança do Chefe do Executivo, Chui Sai On, o Governo da RAEM, em conjunto com os compatriotas de Macau, seguem a Lei Básica e cumprem firmemente os princípios de "um país, dois sistemas", "Macau governado pelas suas gentes" com alto grau de autonomia, apesar de enfrentar muitas dificuldades e desafios com os lemas de governação "servir melhor os cidadãos" e "tomada de decisão política baseada em critérios científicos", para além de desenvolverem, com sucesso, inúmeras tarefas na promoção da diversidade adequada da economia e na manutenção da estabilidade harmoniosa da sociedade, razão pela qual o Governo Central reconhece plenamente os trabalhos desenvolvidos pelo Governo da RAEM. Salientou que, na sua opinião, não foi nada fácil Macau conseguir o actual estado de desenvolvimento, uma vez que também enfrenta desafios gerados pela crise financeira mundial, cujo desenvolvimento económico foi afectado, sublinhando que Macau está a sentir, mas a aguentar as "dores" da transformação e modernização. Reiterou que o princípio "um país, dois sistemas" é uma ideologia importante da Pátria e está a progredir e a concretizar-se. Todavia, Macau conseguiu transformar os desafios em oportunidades e permitiu que outros sentissem esta tendência de desenvolvimento.

O contínuo apoio do Governo Central ao desenvolvimento das funções da RAEM como "Um Centro, Uma Plataforma" constitui outro significado da visita do Primeiro-ministro, Li Keqiang. De acordo com as palavras de Li Keqiang, Macau foi o primeiro território do País a abrir a porta ao mundo, o que demonstra a sua multiculturalidade. No processo de abertura para o exterior, especialmente no processo de cooperação entre a China e os países de língua portuguesa, Macau pode desempenhar um papel de suporte de extrema importância como também assumir a plataforma para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia do território.

## Apoio do Governo Central ao desenvolvimento das funções de Macau como "Um Centro, Uma Plataforma"

O Primeiro-ministro anunciou 19 medidas de apoio ao desenvolvimento da RAEM, incluindo

a realização anual do Fórum de Economia de Turismo Global, a transformação de Macau num centro de liquidação de Renminbi para os países lusófonos e o estabelecimento de um seguro de crédito à exportação, a criação da sede do Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa em Macau, a transformação de Macau numa cidade intelectual, o aperfeiçoamento do movimento fronteiriço, a inspecção e quarentena dos produtos entre Macau e o interior da China, a construção em Macau dos “três centros”, a construção dum centro de medicamentos tradicionais chineses, através da cooperação com a Organização Mundial da Saúde, respectivos ministérios e comissões estatais e do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong-Macau. Garantiu ainda o apoio ao reforço da gestão do mar para desenvolver a economia marítima, o desenvolvimento do papel importante de Macau na cooperação da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas, o incentivo aos empresários da região para investirem na RAEM. Sublinhou igualmente a concretização, antes de 30 de Junho de 2017, da política de viagens em barcos de recreio com visto individual, e até ao final deste ano, da política de acesso de automóveis de Macau à ilha da Hengqin (ilha da Montanha). Garantiu também a ajuda directa ao Governo da RAEM no reforço da construção da plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa e numa maior participação de Macau nas estratégias nacionais importantes e nos grandes eventos de intercâmbio internos e externos, bem como o auxílio à participação adequada de Macau no Fundo da Rota da Seda, no Fundo da cooperação industrial entre a China e a América Latina, e no Fundo de cooperação industrial entre a China e a África.

Durante a visita, o Primeiro-ministro, Li Keqiang, teve uma agenda preenchida com diversas actividades. No balanço da visita salientou que além de participar no Fórum de Macau, onde manteve vários encontros com dirigentes dos países lusófonos, teve a oportunidade de visitar a casa de uma família, presenciar o quotidiano da população e trocar impressões. Li Keqiang teve oportunidade de constatar, nos últimos anos, que apesar da crise financeira internacional e da lentidão na recuperação económica mundial, e atendendo ao facto da estrutura industrial de Macau estivesse a enfrentar um grande desafio, o Governo da RAEM conseguiu não só manter o superavit financeiro, assim como a taxa de emprego para assegurar o desenvolvimento económico, melhorar a vida da população e a harmonia social.

O Primeiro-ministro considerou que a implementação de “um país, dois sistemas” decorre com sucesso em Macau. Descreveu ainda ter presenciado, em Macau, um espírito de “amor à Pátria, amor a Macau” como também tolerância, apoio mútuo e empreendedorismo. Li Keqiang acredita que a abertura da China ao exterior, irá permitir a Macau desempenhar um papel de destaque. Perante o qual, o Governo Central irá continuar a envidar todos os esforços para garantir que o Chefe do Executivo e o Governo da RAEM executem uma governação de acordo com as leis vigentes e seja promovida a cooperação entre o interior do País e Macau. Disse ainda que Macau terá no futuro um espaço de desenvolvimento ainda maior no processo da abertura do País e portanto terá um futuro auspicioso.

A visita a Macau do Primeiro-ministro, Li Keqiang, representa uma vez mais a importância e expectativa do Governo Central quanto a Macau, demonstrando o seu pleno reconhecimento da implementação bem sucedida da estratégia nacional de “um país, dois sistemas”. A par disso, o Governo Central estudou e lançou diversas medidas para apoiar o desenvolvimento da RAEM, dando uma nova dinâmica ao progresso sócio-económico e à melhoria da qualidade de vida da população e, permitindo a Macau manter a estabilidade e prosperidade de longo prazo em prol

do bem-estar dos compatriotas de Macau.

Por outro lado, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, adiantou que os conceitos e ideias contempladas no “Décimo Terceiro Plano Quinquenal Nacional”, divulgado em 2016, estão a estimular Macau a agarrar as oportunidades para um desenvolvimento inovador. O Governo da RAEM compilou e implementou o primeiro “Plano Quinquenal da RAEM”, no qual contempla as estratégias em articulação com o “Décimo Terceiro Plano Quinquenal Nacional”, a participação na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e a construção da “Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. Afirmou ainda que o primeiro plano geral do desenvolvimento para o futuro de Macau tem como objectivo principal responder às exigências de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo. O Governo da RAEM mostra-se confiante e determinado em liderar o território nos próximos cinco anos, a desenvolver-se, de forma rigorosa e coordenada, e a aumentar a competitividade global, no sentido de ampliar as vantagens únicas de Macau, e contribuir para o sucesso de “um país, dois sistemas”.



O Primeiro-ministro da RPC chega a Macau com uma delegação do Governo Central



Primeiro-ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang, visita várias zonas de Macau

## Fórum de Macau Alcança Bons Resultados e Põe em Relevo a Vantagem de Macau como Plataforma



A 5.<sup>a</sup> Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), organizada, sob a iniciativa e patrocínio do Governo Central (Ministério do Comércio) e pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, realizou-se nos dias 11 e 12 de Outubro de 2016, na Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental, em Macau. Subordinada ao tema "Rumo à Consolidação das Relações Económicas e Comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa: Unir Esforços para a Cooperação, Construir em Conjunto a Plataforma, Partilhar os Benefícios do Desenvolvimento", a edição da conferência ministerial procurou promover, sob a orientação da iniciativa de "Uma Faixa, Uma Rota", o desenvolvimento de cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua Portuguesa e, simultaneamente, reforçou e deu continuidade ao processo de consolidação do papel de Macau como plataforma para a cooperação económica e comercial entre a China e os países lusófonos. Finda a conferência, todos os intervenientes assinaram o "Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial (2017-2019)" e o "Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva".

## Primeiro-ministro proferiu o discurso principal e anunciou 18 novas medidas

Ao proferir o discurso temático na cerimónia de abertura, o Primeiro-ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang, frisou que o Fórum Macau é uma ponte gigante e invisível entre a China e os países de língua portuguesa e desempenhou, desempenha e desempenhará um papel cada vez mais importante na promoção do reforço das ligações entre a China e os sete países de língua portuguesa. O Primeiro-ministro lembrou que as trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa atingiram, em 2015, cerca de 100 mil milhões de dólares americanos. E que a China se tornou num dos principais parceiros comerciais e num dos mercados de exportação de maior crescimento nos países de língua portuguesa. Acrescentou que o Governo Central dará todo o apoio ao Governo da Região Administrativa Especial de Macau, para que este último acelere a construção da plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os países lusófonos, com o objectivo de promover a construção do Centro de Serviços Comerciais para as PME da China e dos Países de Língua Portuguesa, Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa e Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Aproveitou a ocasião para anunciar dezoito novas medidas para promover a cooperação entre a China e os países de língua portuguesa, nos domínios da capacidade produtiva, desenvolvimento económico, humano e marítimo bem como no crescimento do papel da plataforma de Macau.

O Ministro do Comércio da China, Gao Hucheng, disse, no encontro com os órgãos de comunicação social, que as novas medidas anunciadas pelo Primeiro-ministro, Li Keqiang, imprimiram uma nova dinâmica à cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Essas medidas representam um marco histórico neste mecanismo multilateral de cooperação que abrangem um vasto leque de áreas com conteúdos ricos e número acrescido de medidas. A Conferência Ministerial destacou-se por três características:

1. Impulso do aprofundamento da cooperação nos domínios tradicionais. Nomeadamente,

cooperação da capacidade produtiva, cooperação para o desenvolvimento, cooperação humana e cultural, o Governo chinês comprometeu-se a conceder empréstimos num valor não inferior a dois mil milhões de RMB e um donativo de dois mil milhões de RMB aos Países de Língua Portuguesa da Ásia e África do Fórum de Macau; o envio aos países de língua portuguesa da Ásia e África do Fórum de Macau de equipas médicas integradas por um total de 200 pessoas; a atribuição de 2000 vagas de formação de recursos humanos em diversas áreas e a concessão anual de 2500 bolsas de estudo entre outros, tendo aumentado de forma considerável tanto a dimensão de apoio como número de vagas de formação, comparativamente com os anos anteriores. Para além disso, foi pela primeira vez dado o perdão de dívidas já vencidas de empréstimos sem juros no valor de 500 milhões de RMB contraídas por uma parte dos Países de Língua Portuguesa da Ásia e África do Fórum de Macau;

2. Reforçar a extensão e o conteúdo dos novos domínios da cooperação a fim de satisfazer as diferentes necessidades dos países participantes que se encontram em diferentes etapas da sua industrialização. Para além disso, os países participantes do Fórum com zonas marítimas, a China propõe-se ajudar os países asiáticos e africanos de língua portuguesa, na construção da estação de observação meteorológica marinha, na exploração da pesca marítima e na investigação do ecossistema marinho, o que irá criar um amplo espaço de cooperação entre os países participantes do fórum nas áreas de economia marítima e protecção do ambiente marítimo a fim de enfrentar as alterações climáticas;

3. Foi dado maior relevo ao papel de Macau como plataforma. O Primeiro-ministro, Li Keqiang, apresentou uma série de medidas destinadas à promoção da construção em Macau da plataforma de serviços financeiros entre a China e os países de língua portuguesa, do estabelecimento da Confederação dos Empresários da China e dos Países de Língua Portuguesa, da Base de Formação de Talentos Bilingues, do Centro de Intercâmbio Cultural e do Centro de Intercâmbio sobre a Inovação e o Empreendedorismo dos Jovens entre a China e os Países de Língua Portuguesa, prestando um apoio muito mais substancial no crescimento de Macau na cooperação em vários domínios do comércio, investimento, convenções e exposições, cultura, formação e ensino entre a China e os países do Fórum, a fim de transformar Macau num verdadeiro elo e numa ponte que liga a China e os países de língua portuguesa.

## **Assinatura do “Plano de Acção”, do “Memorando de Entendimento” para a valorização do papel de Macau como plataforma**

No final da Conferência, os países participantes na “5.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau” assinaram o “Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial (2017-2019)” e o “Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva”.

O “Plano de Acção” destacou a função orientadora da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e implementou as ideias de “Unir Esforços para a Cooperação, Construir em Conjunto a Plataforma, Partilhar os Benefícios do Desenvolvimento”, visando alargar a cooperação tradicional de comércio e investimento para as novas áreas de cooperação, nomeadamente, a cooperação da capacidade

produtiva, a cooperação na área financeira, a cooperação no domínio do mar, a cooperação ambiental e cooperação na área de saúde e dos cuidados médicos.

O Memorando de Entendimento, assinado pela primeira vez, criou as novas modalidades para a cooperação económica e comercial entre a China e sete países de língua portuguesa. O Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva incorpora seis aspectos no âmbito da cooperação da capacidade produtiva entre a China e os países de língua portuguesa participantes do Fórum de Macau: as metas gerais, os princípios, as responsabilidades, o planeamento de áreas e de projectos, as políticas de apoio e garantia e os mecanismos de acompanhamento, entre outros. Para desenvolver, de forma eficaz, o papel de Macau como plataforma, os países participantes do Fórum estão prontos a promover a realização anual em Macau de seminário sobre a cooperação da capacidade produtiva, ou de outras actividades de intercâmbio e bolsas.

Sendo uma das iniciativas relevantes do Fórum, teve lugar a Conferência dos Empresários e dos Quadros da Área Financeira, na qual foram ainda realizadas as cerimónias de assinatura e de descerramento da placa da "Federação Empresarial da China e dos Países de Língua Portuguesa". O Secretariado da Federação Empresarial terá a sua sede em Macau, tendo em vista promover, com maior dinamismo, o intercâmbio e a cooperação entre as empresas dos países associados da Federação, evidenciando o papel de Macau como plataforma.

Neste evento, foram assinados 17 acordos de cooperação entre a China e os países de língua portuguesa, incluindo com o Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, tendo sido realizadas cerca de 100 bolsas de contacto nas áreas de infraestruturas, finanças, energia, tecnologia, agricultura e comércio.

Desde a criação em 2003 do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa tem obtido progressos significativos e os países participantes têm reforçado continuamente o comércio e o investimento. As estatísticas mostram que, de 2013 a 2015, as trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa ultrapassaram, em acumulado, 360 mil milhões de dólares americanos, mantendo um nível relativamente elevado apesar da desaceleração do comércio global. No que diz respeito ao investimento, o valor total do investimento chinês em várias áreas dos países de língua portuguesa atingiu, até hoje, cerca de 50 mil milhões de dólares norte-americanos e o volume de negócios, que empresas chinesas realizaram nas obras adjudicadas em países de língua portuguesa, excedeu os 70 mil milhões de dólares, traduzindo um aumento de 60 por cento e de 50 por cento, respectivamente, em comparação com o período anterior à quarta Conferência Ministerial, em 2013. Por outro lado, o investimento directo não financeiro dos países de língua portuguesa acumulou-se em cerca de mil milhões, perfazendo um aumento de cerca de 20 por cento.

Os países participantes na 5.<sup>a</sup> Conferência Ministerial do Fórum de Macau elogiaram o trabalho até aqui efectuado com palavras de grande apreço, pelos excelentes resultados já verificados e pela função de Macau como plataforma de serviços para cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa, e consideraram, de forma unânime, que os resultados desta Conferência irão aumentar o nível de cooperação económica e comercial e fomentar o desenvolvimento e a prosperidade comum. Os países participantes

ainda asseguraram o empenho no aprofundamento da sua contribuição no mecanismo do Fórum de Macau, comprometendo-se a fazer um melhor acompanhamento para a concretização das metas e objectivos, acordados durante a Conferência, atingir um novo patamar tendo em conta a contribuição de Macau como plataforma, assim como, intensificar a integração das relações económicas e comerciais bilaterais e multilaterais.



**Cerimónia de inauguração da V Conferência Ministerial do Fórum (Macau)**



**O Primeiro-ministro, Li keqiang, discursa na cerimónia de inauguração da V Conferência Ministerial do Fórum (Macau)**

## **Governo da RAEM Divulga Plano Quinquenal e Define o Desenvolvimento Sócio-Económico**



O “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da RAEM (2016-2020)”, o primeiro planeamento do desenvolvimento de médio e longo prazo elaborado pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau, foi formalmente divulgado a 8 de Setembro de 2016. Esta é a primeira vez, desde o retorno de Macau à Pátria, que o Governo da Região Administrativa Especial de Macau esboça o esquema e aponta a direcção para o desenvolvimento sócio-económico de Macau.

Graças às vantagens institucionais de “um País, dois Sistemas” e ao apoio total do Governo Central, verificou-se, em Macau, um rápido desenvolvimento sócio-económico e uma melhoria significativa do nível da qualidade de vida da população de Macau. O Governo da Região Administrativa Especial de Macau sempre aproveitou as oportunidades de desenvolvimento

para aprofundar a cooperação regional e integrar o desenvolvimento nacional. O “Plano de Desenvolvimento Quinquenal da RAEM (2016-2020)”, que foi elaborado em articulação com o “Décimo Terceiro Plano Quinquenal Nacional”, clarificou as metas, caminho e perspectiva a seguir por Macau no sentido de valorizar as suas vantagens únicas na estratégia do desenvolvimento nacional e de promover a construção de “Um Centro, Uma Plataforma”. Tal como o Chefe do Executivo, Chui Sai On, apontou, a elaboração do Plano foi um acto necessário e activo face à nova situação, destinado a promover, de forma pragmática, a construção da RAEM e a organização coordenada do futuro desenvolvimento de Macau através do planeamento global.

O Chefe do Executivo, Chui Sai On, indicou que este primeiro plano geral de desenvolvimento futuro de Macau tem como objectivo principal responder às exigências de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo, constituindo um planeamento estratégico de relevância para sistematizar, democratizar e aperfeiçoar a acção governativa. Nos próximos cinco anos, a situação geral será estável e a qualidade de vida da população é prioritária. O Governo está determinado em conjunto com a população, em envidar os esforços para a promoção da construção de “Um Centro, Uma Plataforma”, aumentar a competitividade, e articular o Plano de Desenvolvimento da RAEM com o Plano de Desenvolvimento Nacional e com as normas e níveis internacionais avançados, promovendo a melhoria constante da qualidade de vida da população.

## Confirmação da posição de Macau no seu crescimento futuro

O Plano clarificou o posicionamento de Macau no futuro desenvolvimento, tendo como principal objectivo a construção do “Centro Mundial de Turismo e Lazer”. O Plano, que é elaborado em capítulos, como o reservado às Estratégias, Vida da População, Desenvolvimento e Boa Governança, descreve as perspectivas para o desenvolvimento sócio-económico de Macau nos próximos cinco anos e formulou as metas concretas, normas de avaliação e respectivas políticas de garantia.

Com muito empenho e esforço para a construção de “Um Centro”, o Plano define setes objectivos principais a alcançar nos próximos cinco anos: desenvolvimento estável da economia global; novos avanços na optimização da estrutura industrial; formação gradual de um sector alargado de turismo de lazer; aumento constante da qualidade de vida da população; desenvolvimento contínuo da cultura e da educação; resultado notório na protecção ambiental, aumento da eficiência do Governo; e reforço da construção do Estado de Direito.

O cerne deste Plano está na construção de uma cidade com condições ideais de habitação, de trabalho, de mobilidade, de entretenimento e de recreação, pelo que o capítulo relativo à vida da população assume um peso relativamente grande. Assim, o Governo da RAEM atribuiu a prioridade às questões relativas às condições de habitação, pretendendo-se atingir esta meta através da solução das questões mais prementes, designadamente as que se referem aos terrenos, à construção de infraestruturas e ao trânsito. O capítulo Vida da População conta com duas partes, nomeadamente a “Aceleração da Construção da Cidade Propícia à Habitação” e o “Fortalecer o Bem-estar da População”. Na primeira parte está incluída a criação da reserva da terra e o aperfeiçoamento do planeamento urbano; impulso da construção infraestrutural; a

criação de um ambiente propício à mobilidade e à construção da cidade inteligente; o reforço da protecção ambiental e a generalização da ecologia; e o aumento do grau de gestão de crises e a construção de instalações da denominada cidade segura. Na segunda parte, estão abrangidos os assuntos relativos ao bem-estar da população, nomeadamente o emprego, o ensino, a vida e os benefícios dos residentes, o envelhecimento da população e os cuidados médicos.

Os residentes em geral de Macau estão atentos às questões referentes aos terrenos e à distribuição das habitações. De acordo com o Plano Quinquenal, o plano urbanístico geral será concluído em 2019. Pretende-se melhorar a gestão dos terrenos e atendendo à relevância e à urgência dos projectos, as diversas infraestruturas serão construídas de forma coordenada, no sentido de promover um equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a protecção ambiental e cultural. Quanto à habitação pública, foram definidas as metas da construção de fracções de habitação pública. Como plano de curto e médio prazo, serão construídas 4600 fracções de habitação pública, e o projecto de habitação pública sita na Avenida Wai Long, na Taipa, abrange a construção de mais de oito mil fracções. Como plano de longo prazo está prevista a construção de cerca de 28 mil fracções de habitação pública, na Zona A dos novos aterros urbanos. No que diz respeito aos transportes, a prioridade consiste em promover o planeamento e a construção de três empreendimentos, nomeadamente, o metro ligeiro, o novo posto fronteiriço entre Guangdong e Macau e a quarta ligação Macau-Taipa.

Ao pensar no desenvolvimento económico de Macau nos próximos cinco anos, o sector do jogo permanecerá ainda uma das indústrias pilares, pois o sector turístico e o do jogo continuam a ser a fonte principal das receitas de Macau, pelo que o Governo da RAEM pretende propor o desenvolvimento coordenado da indústria do jogo e do sector não-jogo. Aproveitar o pleno uso dos recursos existentes na indústria do jogo para promover o crescimento de elementos não-jogos e valorizar o papel nuclear e impulsor que a mesma indústria desempenha, enquanto locomotiva de desenvolvimento de sectores extensivos relacionados. Pretende-se ainda subir as receitas das actividades não-jogo que fazem parte das concessionárias de exploração dos jogos de fortuna e azar, de 6,6 por cento do total das receitas do jogo, registadas em 2014, para nove por cento ou mais, em 2020. Ao mesmo tempo que se impulsiona o desenvolvimento saudável da indústria do jogo, será mantida a sua dimensão adequada, e será promovido o crescimento das componentes não-jogo. Espera-se que o desenvolvimento económico geral possa conseguir um avanço no decurso do desenvolvimento da diversificação adequada da economia e da cooperação económica regional.

## Articular com o planeamento global de desenvolvimento nacional

Através de um capítulo independente, são focadas várias questões, designadamente a articulação com o “Décimo Terceiro Plano Quinquenal Nacional”, a participação na estratégia nacional «Uma Faixa, Uma Rota», e a construção da «Plataforma de Serviços para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa», o que demonstra que o processo de construção de Macau como cidade propícia para habitar, inteligente, saudável, segura, cultural, e com boa governação, não pode deixar de depender do forte apoio da Pátria.

De facto, a Pátria é o firme suporte do desenvolvimento económico e o garante da melhoria de qualidade de vida da população de Macau, enquanto o aprofundamento da cooperação regional constitui a poderosa força motriz para a promoção da diversificação económica de Macau. Só com uma articulação consciente com o plano global de desenvolvimento nacional, Macau pode promover, de maneira mais eficaz, o seu desenvolvimento económico e social sustentável.

O Plano defende que, ao adoptar como ponto principal a cooperação Guangdong-Macau e abraçar a experiência-piloto para aprofundar as cooperações regionais, o Governo da RAEM deve olhar para o interior da China a nível económico, pelo que atribuirá muita importância à cooperação com a faixa económica do rio Yangtzé e participará em conjunto com a província de Jiangsu na construção do “Parque de Cooperação Jiangsu-Macau”, aproveitando eficazmente as oportunidades de desenvolvimento, com vista a explorar os caminhos da diversificação adequada da economia.

Sendo “Uma Plataforma”, Macau pode prestar serviços profissionais de mediação entre a China e os países de língua portuguesa, promovendo a cooperação de benefício mútuo entre o interior da China, Macau e os países de língua portuguesa e o seu desenvolvimento comum. Pretende-se que as trocas comerciais entre Macau e os países de língua portuguesa possam registar, em 2022, um aumento de dez por cento em relação ao montante total de 600 milhões de patacas, registado em 2015. Para além disso, desenvolvendo ao máximo as vantagens que Macau oferece, nomeadamente em termos de posição geográfica, línguas, culturas e indústrias, participa-se intensamente na cooperação realizada no âmbito da iniciativa da «Uma Faixa, Uma Rota» nas áreas de turismo, nas convenções e exposições, bem como nos serviços comerciais.

O texto do Plano foi elaborado com base nas opiniões dos residentes. O Governo da RAEM iniciou a elaboração deste Plano Quinquenal em 2015, tendo procedido, desde então, a estudos preliminares, à recolha da opinião pública, por duas ocasiões, e à auscultação de pareceres de ministérios e comissões estatais do País, tornando o teor do Plano mais enriquecido e fazendo com que o projecto do Plano aumentasse de volume, ou seja dos iniciais 37 mil caracteres passou para mais de 48 mil e o número de quadros demonstrativos de 24 para 27. O Plano será implementado de forma imediata e o Governo tenciona criar um mecanismo de fiscalização, avaliação e de ajustamentos e introduzir a avaliação por terceiros, com vista a uma concretização mais eficaz deste Plano.

O Plano Quinquenal é um esquema geral do desenvolvimento sócio-económico para os próximos cinco anos e constitui as linhas de acção a seguir pelo Governo da RAEM e pela população em geral. É uma estratégia importante para alcançar o objectivo de “esforço conjunto e prosperidade partilhada”. O Chefe do Executivo salientou que o Plano Quinquenal tem uma natureza geral e apresenta macro perspectivas, baseadas nos princípios de “ter por base a população”, “da tomada de decisão política baseada em critérios científicos” e de “impulsionar o desenvolvimento pessoal”. Este eixo mostra que no processo de acção governativa, o Governo tem vindo a persistir nos lemas do desenvolvimento da economia e da melhoria da qualidade de vida da população, considerando o aumento do bem-estar dos residentes como ponto de partida e de chegada para a elaboração e execução deste Plano. Já que o Plano pertence a toda a população, é necessária a sua participação. O Governo irá, junto da população, aumentar constantemente a competitividade global para alcançar o objectivo de construção conjunta e de partilha comum.

## Estudo sobre o plano de aproveitamento e desenvolvimento das zonas marítimas

Em Dezembro de 2015, o Conselho de Estado definiu 85 quilómetros quadrados de áreas marítimas sob a jurisdição da RAEM e as suas delimitações terrestres e marítimas, criando um espaço mais amplo para o desenvolvimento diversificado e adequado da economia de Macau. Foi criada, a 4 de Julho de 2016, a Comissão de Coordenação da Gestão e do Desenvolvimento da Área Marítima, presidida pelo Chefe do Executivo, com vista a acelerar a gestão e o aproveitamento dos 85 quilómetros quadrados de área marítima. Simultaneamente foi dado início ao estudo relativo ao “Plano de aproveitamento e desenvolvimento das zonas marítimas da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2030)”.

O Governo da RAEM atribui muita importância ao trabalho de gestão da área marítima e empenha-se na administração centralizada da utilização e desenvolvimento das áreas marítimas em articulação com a estratégia de desenvolvimento nacional de «Uma Faixa, Uma Rota», com a meta da acção governativa da construção de “Um Centro, Uma Plataforma” e com o desenvolvimento diversificado e adequado da economia de Macau e a cooperação regional, para cumprir a missão confiada pelo Estado no sentido de utilizar os recursos marítimos de acordo com a lei e de forma científica.



Apresentação geral e conteúdo acrescentado do documento definitivo do Plano Quinquenal

## Plano Científico para o Progresso das Indústrias e Promoção da Diversificação Económica



Em 2016, a economia de Macau continuou na fase de ajustamento. O PIB foi de 358,2 mil milhões de patacas, verificando-se uma descida de 2,1 por cento em termos reais significativamente inferior à quebra registada em 2015. Enquanto no primeiro semestre registava um recuo homólogo de 9,7 por cento, em termos reais, no segundo semestre inverteu a tendência, apresentando um crescimento económico real de 5,7 por cento.

No entanto, manteve-se o indicador económico do emprego e uma estabilidade financeira e monetária. O Governo da RAEM iniciou, em 2015, a construção do "Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento Diversificado da Economia de Macau". Após dois anos de estudo básico, ajustamento, recolha e análise dos dados, foi publicado, em 2016, o "Relatório 2015 de Análise do Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento Diversificado da Economia de Macau", reflectindo-se a situação da diversificação económica de Macau, através de dados dos diversos sectores, com vista a proporcionar uma medição científica e um planeamento para o futuro desenvolvimento.

Em 2016, o sector de convenções e exposições conheceu um progresso firme com a estratégia dada à "prioridade às conferências". O Governo da RAEM introduziu e realizou com sucesso várias actividades de convenções e exposições de grande dimensão em Macau, alargando-se benefícios derivados da realização daquelas actividades até aos diferentes bairros comunitários locais e aumentando o nível profissional e a eficácia dos projectos de convenções e exposições de marcas locais. Foi dado apoio aos operadores do sector MICE de Macau na realização de convenções e exposições no exterior, salientando-se os elementos relativos à plataforma de serviços sino-lusófona. No segundo semestre de 2016, iniciou-se o "Estudo sobre o Plano de desenvolvimento de Convenções e Exposições" para proporcionar políticas e medidas mais eficientes no futuro desenvolvimento do sector. A par disso, foi concluída a revisão da "Lei do Comércio Externo", introduzindo-se o Regime do Livrete A.T.A, e criando assim um ambiente de negócio mais favorável ao desenvolvimento das indústrias de convenções e exposições e da logística moderna.

Gradualmente assiste-se ao crescimento das indústrias nas áreas do comércio electrónico, cultural e criativa e da medicina tradicional chinesa. Em 2016, o Governo da RAEM lançou novas "Medidas de Incentivo para a Promoção do Comércio Electrónico (Utilização de Plataformas B2C)". Além disso, as aplicações móveis foram incluídas no âmbito de apoio financeiro concedido através do "Plano de Apoio Financeiro a Sítio Electrónicos de Pequenas e Médias Empresas". Por outro lado, com o impulso dado pelo Grupo Especializado Interdepartamental, uma empresa financeira local já iniciou a cooperação com uma empresa financeira do interior da China, tendo lançado um serviço com um modelo novo de pagamentos online e offline. Em Julho, foi aprovado o estabelecimento de uma nova instituição financeira para prestação de serviços de pagamentos através da internet e do telemóvel.

Relativamente ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa, no âmbito da cooperação Guangdong-Macau, uma parte de projectos admitidos na zona conjunta de escritórios do Parque encontram-se em fase de execução dos trabalhos preliminares e uma outra parte em fase de operação e exploração de actividades. Tomando Moçambique como ponto de partida para desenvolver a cooperação com os países de língua portuguesa, foi dado início aos trabalhos preliminares de preparação de registo dos primeiros produtos piloto fabricados

por empresas candidatas que pretendem instalar-se no Parque. A entrada e estabelecimento no Parque do Centro Certificador do Gabinete de Ligação da Administração de Alimentos e Drogaria da Província de Guangdong e da Base Internacional para a Industrialização da Medicina Tradicional Chinesa da Bolsa de Tecnologia da China gerou vantagens e marcas profissionais favoráveis tanto ao desenvolvimento dos projectos do próprio Parque como à atracção à entrada e estabelecimento no parque de outras empresas. A par disso, foi estimulada a cooperação regional, com a celebração do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau na Indústria da Medicina Tradicional Chinesa com os representantes da parte de Guangdong junto do Grupo Específico para a Cooperação no Sector da Medicina Tradicional Chinesa, ao mesmo tempo foi reforçada a promoção do “National Veteran Traditional Chinese Medicine Physicians Inherited Workshop”.

O sector financeiro, com características próprias, é uma área emergente que merece a exploração do Governo da RAEM, pelo que foi já criado um grupo específico para promover, de forma coordenada, o desenvolvimento do sector, nomeadamente, as actividades de locação financeira, gestão de activos e serviços financeiros no âmbito da cooperação sino-lusófona, começando pelo estudo das matérias tributárias, de leis e regulamentos, modelos de fiscalização, formação pessoal e captação de investimentos. Foi dado início ao trabalho de investigação sobre o sector financeiro para promover a transformação de Macau na plataforma de prestação de serviços financeiros no âmbito da cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa. O “Sistema de Liquidação Imediata em Tempo Real em Renminbi” já está instalado online, contribuindo para promover a construção de Macau na plataforma de liquidação em Renminbi entre a China e os países de língua portuguesa.

Entraram sucessivamente em funcionamento as plataformas da promoção dos produtos alimentares dos países de língua portuguesa, tendo sido inaugurado, em Março de 2016, o “Centro de Exposição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa”. Os Gabinetes de Ligação do IPIM em Fuzhou e em Guangzhou instalaram, respectivamente, no interior da China, zonas de exposição dos produtos alimentares dos países de língua portuguesa. Por outro lado, está a crescer o conteúdo e função do “Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.

## **Ajudar empresas no aumento da qualidade e da criatividade e apoio ao empreendedorismo juvenil para o pleno emprego**

Em 2016, o Governo da RAEM continuou a implementar e a aperfeiçoar os diversos planos de apoio às pequenas e médias empresas e estimulou a concretização de actividades da aquisição de bens e serviços produzidos em Macau. Foi dado impulso à realização de actividades no âmbito do “Programa de Parcerias de Fornecimento de Pequenas e Médias Empresas Locais”, por parte de todas as operadoras de jogo juntamente com as associações industriais e comerciais locais. O referido programa abrange mais de 15 mil tipos de produtos e 400 serviços. Foi instalada uma página electrónica exclusiva para as pequenas e médias empresas para o acesso às informações de negócios que contém, de forma integrada, informações de aquisição. O Governo emitiu

orientações aos serviços administrativos relativas à aquisição preferencial de bens e serviços produzidos localmente pelos serviços públicos locais.

A partir de Novembro de 2015, o Governo da RAEM lançou sucessivamente e em colaboração com cinco associações comerciais e industriais, uma prestação de serviços, na modalidade de “entrega de serviços ao domicílio”, tendo alargado, até ao presente data, para um total de dez postos para recepção de documentação dispersos em todo o território de Macau. Para além disso, foi lançada uma versão aperfeiçoada da prestação de serviços, na modalidade de entrega de serviços ao domicílio, criando a figura de “assistentes de ligação empresarial”, que têm a iniciativa de efectuar, de forma regular, visitas às pequenas e médias empresas, juntamente com representantes das associações comerciais e industriais dos diferentes bairros locais, para divulgar as medidas diversas de apoio existentes, acompanhando, por iniciativa própria, ajudando a resolução dos problemas das pequenas e médias empresas e, prestando serviços mais diversificados e directos às micro, pequenas e médias empresas. Foi alterado o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas” que aumentou o limite máximo do montante de crédito garantido, passando de cinco milhões para sete milhões de patacas e proporcionou às empresas beneficiadas, que já tinham reembolsado totalmente os subsídios recebidos no âmbito do “Plano de Garantia de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, oportunidade de acesso, pela segunda vez, ao mesmo plano de apoio. Ao mesmo tempo, o Governo da RAEM empenhou-se na promoção da economia comunitária, no apoio à realização de actividades para a promoção do consumo em bairros comunitários e na intensificação do trabalho de investigação e estudo em prol do desenvolvimento da economia comunitária.

Em 2016, com diversas medidas e para apoiar o empreendedorismo juvenil, o Governo da RAEM continuou a implementar e a aperfeiçoar o “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores”, alargando o âmbito de beneficiários e simplificando os procedimentos e formalidades dos pedidos. Acompanhamento de perto dos casos de empreendedorismo juvenil, tirando conclusões sobre experiências adquiridas e eficácia das medidas adoptadas. Além disso, tomou a iniciativa de lançar os serviços de consultadoria gratuitos aos jovens empreendedores, ajudando-os na resolução das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento dos seus negócios e no crescimento da sua capacidade de exploração de negócios. A Direcção dos Serviços de Economia, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e a Comissão Preparatória de Formação de Empreendedorismo e Inovação da Juventude lançaram, em conjunto, o “Plano de Formação de Empreendedorismo e Criatividade da Juventude”, que pretende explorar ideias excelentes de empreendedorismo juvenil, apoiando a incubação bem sucedida, valorizando efectivamente a função do “Centro de Incubação de Empreendedorismo da Juventude”. A Direcção dos Serviços de Economia celebrou um acordo de cooperação com o Centro de Incubação de Negócios para os Jovens de Nansha de Guangzhou, fornecendo informações sobre o ambiente, infraestrutura e políticas preferenciais favoráveis à criação de negócios, a favor dos jovens de Macau, e recomendando a entrada no parque para incubação de empresas criadas por jovens de Macau. Por outro lado, são proporcionadas ajudas aos interessados oriundos de outras províncias e municípios do interior da China, para criar os seus negócios e investir em Macau, bem como articular-se de forma dinâmica com os jovens empresários de Macau, no sentido de criar efeitos aditivos.

Foram organizados cursos de formação de natureza específica. O Governo da RAEM, em colaboração com associações de operários e operadoras de jogo, organizou, pela primeira

vez, o curso de formação sobre o desempenho profissional para os trabalhadores do sector de jogo, visando melhorar a sua qualidade profissional integrada e impulsionando a sua ascensão profissional ou mobilidade horizontal. Foi implementado o “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações” na modalidade de “formação remunerada em serviço”, tendo por objectivo dar oportunidades de formação diversificada de aptidões ao pessoal do nível de base da área de reparação em empresas, aos trabalhadores admitidos recentemente e aos residentes locais com interesse em mudar de emprego, que são incentivados para obter, por exame, o certificado de qualificação profissional. Até finais do primeiro semestre de 2016, seis empresas de diferentes tipos participaram nesse plano, sendo que mais de 90 indivíduos foram admitidos com sucesso após encaminhamento, e outros 90 conseguiram mudar de emprego. A par disso, deu-se continuidade ao reforço da cooperação com instituições do interior da China e do exterior no desenvolvimento de testes de técnicas profissionais e de certificação profissional. Por outro lado, foi dado o apoio na integração laboral dos idosos e dos desfavorecidos e concluída a elaboração de diploma legal e administrativo e do estudo sobre o eventual lançamento de medidas de incentivos fiscais para empregadores, que tenham trabalhadores com deficiências no seu serviço, bem como apoiar através de subsídios os trabalhadores a tempo inteiro com baixo rendimento e titulares do cartão de registo de avaliação de deficiência, emitido pelo Instituto de Acção Social.



#### Formação de quadros talentosos elevar a competitividade

## Reforço da fiscalização dos promotores de jogo e incentivo para as componentes não-jogo

No segundo semestre de 2016, a indústria do jogo retomou o seu crescimento, tendo a receita total anual dos jogos de fortuna e azar cifrando-se em 223.2 mil milhões de patacas, uma queda de 3,3 por cento em relação a 2015. O Governo da RAEM promoveu e incentivou as operadoras de jogo a aplicar os recursos nas actividades correlativas à componente não jogo durante o período de ajustamento do sector, dar preferência à aquisição de bens e serviços produzidos localmente e introduzir, nas suas instalações, empresas locais para exploração de actividades, com vista a dinamizar o desenvolvimento do sector empresarial local. A par disso, foi realizada a optimização dos métodos de recolha e de produção de dados estatísticos, permitindo, deste modo, uma avaliação mais abrangente sobre o desenvolvimento das actividades correlativas não jogo, dinamizado pelas operadoras de jogo e os benefícios usufruídos pelas empresas locais. Entretanto, o Governo da RAEM divulgou o relatório de um estudo intitulado “Revisão Intercalar do Sector de Jogos de Fortuna e Azar”, que contribuiu para aprofundar o conhecimento das operadoras de jogo sobre a sua própria situação e a do sector, quer em termos de exploração de actividades, quer em termos de competitividade, para que seja dada maior importância, aplicados mais recursos para o desenvolvimento dos elementos que não estão associados ao jogo e reforçadas as acções de formação destinadas à população empregada local.

Foi reforçada a gestão dos promotores de jogo, incluindo a verificação da existência ou não de um regime contabilístico perfeito devidamente implementado, de cumprimento ou não do

determinado em relação ao limite superior das comissões, do cumprimento ou não da instrução que define as medidas preventivas da prática do crime de branqueamento de capitais, entre outras situações. Paralelamente, iniciou-se a revisão do regulamento administrativo que “Regula a actividade de promoção de jogo de fortuna ou azar em casino”. Foi ainda adoptada uma medida de proibição de utilização de telemóveis junto das mesas de jogo, como forma de eliminar irregularidades na prática do jogo, entre outras, por exemplo, efectuar apostas através de telefone. Deu-se também início à revisão da lei que regula o “Condicionamento da entrada, no trabalho e do jogo nos casinos”, tendo considerado a eventual introdução de normas relacionadas com a proibição da prática de jogos por trabalhadores ligados ao jogo. Foi organizado o curso de formação sobre o desempenho profissional para os trabalhadores do sector do jogo, visando melhorar a sua qualidade profissional integrada e aumentar a sua competitividade no trabalho.

## **Respeitar os Idosos, Cuidar dos Menores e Atender ao Bem-Estar da População e Simultaneamente Desenvolver Condições Ideais para o Lazer e a Habitação**



A melhoria contínua do bem-estar da população e o aumento da qualidade da vida constituem a missão prioritária da acção governativa. Em 2016, o Governo da RAEM envidou

todos os esforços para concretizar os objectivos definidos, nomeadamente o reforço de garantia da saúde, o aumento da qualidade na educação, a promoção do desenvolvimento integral, o aprofundamento do apoio aos grupos mais vulneráveis e a implementação de mecanismos eficientes de longo prazo, empenhando-se em consolidar as características próprias da RAEM, nomeadamente, estabilidade, harmonia, desenvolvimento diversificado e condições propícias à habitação e ao turismo.

## **Melhorar os cuidados de saúde, a qualidade dos serviços e as instalações**

Em 2016, o Governo da RAEM continuou a ter como missão prioritária no domínio da saúde na construção de infraestruturas dotadas de funções de prevenção e defesa contra as doenças transmissíveis, no sentido de melhor proteger a vida e a saúde dos residentes. Através de um maior investimento na optimização da prevenção e do tratamento em crianças e idosos, no prolongamento do horário de funcionamento dos serviços de acção médica, no reforço da gestão hospitalar e no melhoramento dos procedimentos dos serviços.

## **Cuidados especiais para idosos, crianças, doentes e pessoas vulneráveis**

Para fazer face às oportunidades e desafios que o envelhecimento populacional possa trazer, o Governo da RAEM publicou, em Abril de 2016, o "Plano Decenal de Acção para os Serviços de Apoio a Idosos (2016-2025)" e, através do mecanismo de cooperação interdepartamental, criou o "Grupo Interdepartamental de Orientação para o Mecanismo de Protecção dos Idosos", composto por 13 serviços públicos, tendo como objectivo a implementação de um total de 421 medidas a curto, médio e longo prazo, centradas nas seguintes quatro áreas: políticas relacionadas com os serviços médicos e de assistência social, garantia de direitos, participação comunitária e ambiente de vida dos idosos.

A fim de responder ao aumento da proporção de utentes idosos nos serviços de cuidados de saúde decorrente do envelhecimento da população, foi criado em 2016 o Serviço de Geriatria, de modo a admitir idosos portadores de diversas doenças. Para além disso, foram prestados cuidados integrados de tratamento e reabilitação por grupos interdisciplinares.

A enfermaria comum de reabilitação do CHCSJ, no Centro de Saúde de Nossa Senhora do Carmo (Lago) visa a articulação com a fisioterapia, a unidade de reabilitação e o plano de alta de pacientes reabilitados em Geriatria, do CHCSJ, e permite que os pacientes possam sair do hospital na fase inicial de reabilitação, optimizando o uso de camas dos hospitais, bem como aumentando a gestão. Os Serviços de Saúde instalaram a Linha Aberta de Apoio na Saúde para idosos, que desde a sua criação até ao final de 2016, já prestou assistência a mais de 400 destinatários. Nomeadamente nos serviços de avaliação da situação de saúde, no acompanhamento e encaminhamento adequado e atempado, estando prevista a expansão desses serviços para abranger os idosos transferidos do hospital para os lares.

Mereceu também a tenção do Governo da RAEM o impacto da demência nos doentes, nos seus familiares e até na comunidade. Com base na criação, em 2016, da Consulta Externa de Memória no CHCSJ, foi aberto, em Setembro, o Centro de Diagnóstico e Tratamento da Demência em colaboração com os serviços de assistência social, no sentido de prestar serviços *one stop* médicos e serviços sociais perfeitamente articulados, nomeadamente diagnóstico e tratamento, cuidados e apoios comunitários.

## Crescente aperfeiçoamento das instalações e dos regimes de saúde

O Governo da RAEM elaborou, em 2011, o plano decenal do “Projecto de Melhoramento das Infraestruturas do Sistema de Saúde”, procedendo às obras de construção, ampliação, reconstrução e transformação do hospital público e da rede de cuidados de saúde primários, em resposta às demandas provenientes do desenvolvimento sócio-económico da população. Em 2016, foram concluídas as obras da construção do Edifício do Serviço de Urgência do CHCSJ, do Centro de Saúde de Nossa Senhora do Carmo-Lago e das restantes instalações que entraram já em funcionamento. O antigo Centro de Rseabilitação de Doenças Transmissíveis em Coloane foi reconstruído e transformado no Centro Clínico de Saúde Pública, que já entrou em funcionamento a 27 de Janeiro. O referido Centro adoptou as normas e especificações da prevenção das doenças transmissíveis como padrões de base para o desenho de salas de isolamento do Centro, que servirão de instalações de contingência, em resposta à ameaça de surtos de doenças transmissíveis a nível mundial, nos últimos anos.

O Centro de Saúde de Coloane foi inaugurado em 21 de Março, após a obra de transformação. Em Junho, o Instituto de Habitação cedeu um terreno com uma área de mil pés quadrados para a obra da ampliação do Posto de Saúde Provisório de Seac Pai Van, respondendo, assim, às necessidades dos residentes dessa zona de Seac Pai Van quanto à prestação dos serviços de cuidados de saúde. Tornou-se, assim, mais optimizada a proporção de camas em relação à população e mais aperfeiçoada a rede de distribuição das infra-estruturas médicas.

Após o estudo de vários anos, a discussão e uma ampla consulta aos residentes e ao sector profissional, o “Regime Jurídico de Erros Médicos” (Lei N.º 5/2016) foi publicado no Boletim Oficial de Agosto de 2016 e entrará em vigor a 26 de Fevereiro de 2017. A publicação e implementação das novas leis e respectivos diplomas complementares relativo à transplantação de órgãos e a elaboração e revisão de diploma relativo à inscrição de profissionais de saúde contribuem para melhorar continuamente a construção do sistema de saúde.



Mecanismo eficaz de apoio aos idosos

## Formação de talentos articulada com as necessidades do desenvolvimento social

No domínio da educação, o Governo da RAEM aperfeiçoou as diversas leis e regulamentos

no âmbito do ensino superior, tendo elaborado um plano de desenvolvimento. Foi intensificada a formação de quadros bilingues qualificados nas línguas chinesa e portuguesa, que estabeleçam os alicerces para transformar Macau numa plataforma na Região da Ásia-Pacífico destinada à formação de quadros qualificados bilingues nas línguas chinesa e portuguesa e criar o melhor ambiente de estudo para o desenvolvimento integral dos alunos. Por outro lado, a educação relativa ao amor pela Pátria e por Macau entrou também, em 2016, numa nova fase.

## Retrospectiva relativa ao ensino não superior

Em 2016, o Governo da RAEM realizou, por ocasião do 10.º aniversário da promulgação da “Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior”, seminários para rever, e numa perspectiva de futuro, o sistema educativo não superior e o seu desenvolvimento, tendo ainda concluído a avaliação intercalar do “Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior de Macau (2011-2020)”, em que se fez a retrospectiva dos resultados do ensino não superior alcançados nos últimos dez anos, sob a atenção do Governo da RAEM.

Tendo como base importante as competências dos residentes, o Governo da RAEM implementou, em 2007, a escolaridade gratuita até aos 15 anos, tendo aumentado consideravelmente os recursos financeiros do ensino. Foi elaborado, em 2011, o “Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior de Macau (2011-2020)”, definindo rumos concretos e um esquema de desenvolvimento para a causa educativa dos próximos dez anos. Foi lançado, no mesmo ano e pela primeira vez, o Programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo, criando-se condições para promover o aperfeiçoamento contínuo de cidadãos e a construção da sociedade de aprendizagem. Em 2012, foi elaborado o “Quadro Geral do Pessoal Docente das Escolas Particulares do Ensino Não Superior”, tendo-se melhorado, ao nível jurídico, a qualidade profissional e a garantia profissional da equipa de docente das escolas particulares. Ao mesmo tempo e no mesmo ano foram lançadas também as Políticas da Juventude (2012-2020), definindo-se rumos claros para a promoção e implementação das políticas de juventude.

A partir de 2014, o Governo da RAEM promulgou sucessivamente os regulamentos administrativos do “Quadro da Organização Curricular da Educação Regular do Regime Escolar Local” e das “Exigências das Competências Académicas Básicas da Educação Regular do Regime Escolar Local”, para orientar escolas a otimizar currículos da educação regular e aumentar a qualidade da formação de talentos, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos. O Governo da RAEM continuou ainda a empenhar-se para otimizar incessantemente os diversos trabalhos acima aludidos, através do reforço constante de recursos financeiros e do aumento adequado dos subsídios de escolaridade gratuita e de propinas, entre outros, tendo ainda sido aumentado o número de vagas destinadas às bolsas de estudo para o ensino superior. Estes benefícios que criam bem-estar são actualizados adequadamente uma vez por ano de acordo com o desenvolvimento social.

Por outro lado, o Governo da RAEM lançou, em 2015, o projecto “Obra de Céu Azul”, pretendendo mudar gradualmente a situação de funcionamento de escolas em pódios de

edifícios, mediante planeamento de curto, médio e longo prazo e com base nos recursos de terreno existentes reservados para fins educativos. Em 2016 foi concluída, após um esforço de cerca de um ano, a mudança de três escolas que se encontravam em pódios de edifícios, para novas instalações, estando actualmente em vias de resolução, questões relativas ao seu funcionamento em pódios de edifícios. Encontra-se a bom ritmo a construção uma escola oficial, um centro de prática do ensino técnico-profissional e um centro de formação linguística no lote CN6a de Seac Pai Van para responder às expectativas dos residentes.

## **Registo central para acesso escolar das crianças ao ensino infantil bem aceite pela população**

Em 2016, os serviços da educação continuaram a otimizar o processo de inscrição de alunos nas escolas com o lançamento bem-sucedido, em Janeiro, da “Medida de registo central para acesso escolar dos alunos ao ensino infantil pela primeira vez”, que foi aceite pela população em geral, para aliviar os encargos dos encarregados de educação e das escolas no que concerne ao tratamento das inscrições, através de uso de meios informáticos, com o aproveitamento pleno das tecnologias de informação e comunicação.

Além disso, para responder às exigências dos últimos anos do sector educativo, alunos e encarregados de educação sentiram-se aliviados da pressão face a vários exames locais de acesso às instituições do ensino superior. Assim, a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau, no Instituto de Formação Turística e a Universidade de Ciência e Tecnologia de Macau iniciaram, no segundo semestre de 2012, planear e coordenar o Exame Unificado de Acesso às Quatro Instituições do Ensino Superior, tendo concluído, em 2016, esse projecto e definido que o primeiro “Exame Unificado de Acesso às Quatro Instituições do Ensino Superior de Macau (Disciplinas de Línguas e Matemática)” será realizado entre 30 de Março e 2 de Abril de 2017.

## **Plano trienal do “Programa Mil Talentos, Deslocação de Cem Grupos”**

Sendo a juventude a esperança da sociedade, o Governo da RAEM dedica-se a criar excelentes condições para o crescimento, talento e sucesso dos jovens e forma uma geração jovem com perseverança, responsabilidade e competitividade. Em 2016, o Governo da RAEM continuou a implementar as diversas medidas e planos constantes das Políticas de Juventude de Macau (2012-2020) e lançou, com base nos relatórios de formação juvenil realizados por diversos organismos sociais, o “Programa Mil Talentos”, visando seleccionar, em cada ano, mil jovens na deslocação ao interior da China para desenvolver intercâmbios e aprendizagens.

Sendo um projecto importante do Governo da RAEM para a formação de talentos jovens, o “Programa Mil Talentos” tem, como objectivo, organizar, em colaboração com o Ministério de Educação do País e a Federação da Juventude Chinesa, jovens de Macau, nomeadamente estudantes dos colégios e das universidades, na deslocação ao interior da China para desenvolver

intercâmbios e aprendizagens. Isto, proporciona aos jovens a oportunidade de conhecimentos mais aprofundados e exactos e a compreensão dos mais recentes progressos do interior do País incentivando, também, os jovens a agarrar as oportunidades para o seu crescimento e para obterem uma maior integração no desenvolvimento pessoal e no evolução nacional, de forma que, através da interacção com os jovens do interior da China, os jovens de Macau sejam estimulados para melhorar as suas qualidades e competências. O Gabinete do Chefe do Executivo é responsável pela liderança do Programa, que é executado pela Fundação Macau e implementado conjuntamente com diversas escolas e associações juvenis de Macau. O Programa, que conta com um plano trienal intitulado “Programa Mil Talentos, Deslocação de Cem Grupos”, pretende organizar, em cada ano, mil alunos e jovens locais divididos em grupo para escolas secundárias (do ensino geral e complementar) e em grupo aberto na deslocação ao interior do País para desenvolver intercâmbios de várias naturezas e aprendizagens multiculturais, acompanhando permanentemente o desenvolvimento dos participantes.

## **Formação de quadros bilingues em chinês e português em articulação com o posicionamento da RAEM**

Em 2016, o Governo da RAEM, no âmbito do ensino superior, apoiou principalmente as instituições do ensino superior na optimização das condições de ensino, no aperfeiçoamento das competências do pessoal docente e de investigação, promovendo a partilha de recursos entre as instituições do ensino superior e no reforço do intercâmbio e da cooperação com o sector do ensino superior de outras regiões, de modo a formar quadros altamente qualificados, através do desenvolvimento das próprias vantagens e da articulação com o objectivo de crescimento e da construção de “Um Centro, Uma Plataforma”.

Para promover o desenvolvimento contínuo dos recursos humanos, das instalações e da notoriedade internacional, continuar a explorar os pontos fortes do ensino de Língua Portuguesa e Língua Chinesa e coordenar com o posicionamento do “Centro Internacional de Turismo e Lazer, o Governo da RAEM” lançou, em Abril, pela primeira vez, o projecto “Financiamentos Especiais para Formação de Quadros Qualificados Bilingues em Chinês e Português” e continuou a coordenar os trabalhos desenvolvidos pelo “Grupo de Trabalho sobre formação de Quadros Qualificados Bilingues em Chinês e Português”, constituídos por representantes das seis instituições do ensino superior de Macau, como por exemplo, o lançamento de materiais didácticos de língua portuguesa e a formação de professores, contribuindo para a transformação de Macau numa plataforma para a formação de quadros qualificados bilingues.

Em 2016, o Governo da RAEM continuou a promover o processo legislativo do “Regime do Ensino Superior” e a elaborar os diplomas legais relacionados, tendo preparado a proposta preliminar do plano para o ensino superior a médio e longo prazo e dado por concluído o plano piloto sobre a acreditação de cursos. Manteve-se a prestação de assistência aos estudantes do ensino superior através da atribuição do Subsídio para Aquisição de Material Escolar a Estudantes do Ensino Superior, fornecendo-se, ainda, as informações necessárias sobre o prosseguimento dos estudos e sobre o emprego, bem como organizando-se actividades diversificadas, de modo

a promover o desenvolvimento integral dos estudantes.



Plataforma entre China e países de língua portuguesa apoia formação de talentos

## Melhorar o nível de bem-estar social e assegurar a qualidade de vida às famílias vulneráveis

No domínio da acção social, o Governo da RAEM continuou a otimizar diversos apoios sociais e de bem-estar, realizando esforços para assegurar a qualidade de vida das famílias em situação vulnerável e prestar aos residentes com necessidades os adequados serviços sociais, incluindo o aumento de vagas nas creches.

## Passo decisivo no regime de previdência central não obrigatória

Em Junho, o Conselho Executivo concluiu a apreciação da proposta de lei de “Regime de previdência central não obrigatória”, que foi, em seguida, aprovada na generalidade pela Assembleia Legislativa e cabe à 1.ª Comissão Permanente a discussão na especialidade. O Fundo de Segurança Social está empenhado em colaborar com a Assembleia Legislativa e iniciou a redacção do respectivo regulamento administrativo, dando assim um passo em frente e decisivo para a constituição do sistema de segurança social de Macau, constituído por dois níveis.

Desde 2013, o Governo da RAEM tem efectuado, injeções de capital no Fundo de Segurança Social, num total de 37 mil milhões de patacas até ao final de 2016, que desempenha um importante papel estabilizador para assegurar a sustentabilidade económica do Fundo de Segurança Social. O montante de contribuições do regime da segurança social, em 2016, aumentou ligeiramente para 90 patacas, mantendo-se o rácio 1:2 entre trabalhadores e empregadores.

Na vertente da concretização das medidas relacionadas com o bem-estar da população, em cumprimento com a política de pensões para idosos e com o subsídio, que não permite que seja inferior ao nível do risco social, o Governo da RAEM actualizou, em Julho de 2016, os montantes das pensões para idosos e as demais prestações, o que significou um aumento de cerca de três por cento, tanto a pensão para idosos como a pensão de invalidez para 3450 patacas por mês. Além disso, em 2016, continuou a abrir contas individuais de previdência aos residentes de Macau considerados qualificados, no valor de 7000 patacas, a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais, podendo a verba acumulada numa conta individual, atingir, no máximo, 49.000 patacas, caso o titular preencha os requisitos por sete anos consecutivos.

Em 2016, cerca de 363 mil pessoas foram incluídas na lista de atribuição de verba a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais, destas cerca de 14 mil receberam o direito à verba de incentivo básico, no valor de 10 mil patacas, envolvendo uma dotação total de mais de 2,6 mil milhões de patacas. A partir de Agosto, os residentes qualificados podem levantar a correspondente verba, de forma faseada.

## Serviços de reabilitação promovem a inclusão social

Para melhor ajudar a reabilitação e integração social das pessoas com deficiência e construir Macau numa sociedade com igualdade de direitos e harmonia, o Governo da RAEM introduziu, em 2016, a concepção do “Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio (2016-2025)” e realizou, de 15 de Abril a 30 de Maio de 2016, a consulta pública sobre o referido Planeamento. Após a consideração e análise aprofundada das opiniões e proposta recolhidas durante a consulta pública, o Governo da RAEM procedeu à alteração e elaboração do respectivo texto, criando, em seguida, o “Grupo Director Interdepartamental do Plano Decenal para os Serviços de Reabilitação” dirigido e coordenado pelo secretário para os Assuntos Sociais e Cultura.

Desde a implementação do “Plano Decenal para os Serviços de Reabilitação”, os diversos serviços têm desenvolvido, de forma ordenada, os trabalhos da primeira fase (2016-2017), tendo obtido, até finais de 2016, resultados iniciais nos domínios de cuidados médicos, emprego, apoio comunitário, vida e educação.

Um dos resultados é o serviço de rastreio auditivo para os recém-nascidos que foi alargado a todos os neonatos, dando deste modo cumprimento ao princípio do “diagnóstico precoce e tratamento atempado”. Através da cooperação inter-serviços, entrou em funcionamento, em Junho, o Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica, criado sob a coordenação dos Serviços de Saúde, destinado à prestação dos serviços de diagnóstico e de tratamento para crianças com transtornos de desenvolvimento. Após a criação do Centro, foram considerados prioritários e tratados cerca de 150 casos, tendo sido reduzido significativamente o tempo de espera de avaliação para as oito semanas.

## Sistemas e normas oferecem garantia múltipla à segurança na cidade

Em 2016, o Governo da RAEM através de leis e regulamentos, de elaboração de normas, de criação de mecanismos, do melhoramento de tecnologias, da criação de uma rede de cooperação regional e de apoio vindo de vários sectores, para garantir a segurança dos residentes e da cidade.

## Entrada em vigor da Lei de prevenção e combate à violência doméstica e elaboração de normas relativas à segurança alimentar

A Assembleia Legislativa aprovou, em 20 de Maio, a proposta de “Lei de prevenção e combate à violência doméstica”, que entrou em vigor em 5 de Outubro de 2016. A aprovação desta proposta de lei veio responder às necessidades sociais pela tolerância zero relativa à

violência doméstica, permitindo o combate e a prevenção da violência doméstica, através do fundamento jurídico e dando uma resposta positiva às recomendações das Nações Unidas sobre a política de prevenção e tratamento da violência doméstica.

Em 2016, o Governo da RAEM lançou sucessivamente normas definindo os “Limites máximos de micotoxinas em alimentos”, “Requisitos relativos aos ingredientes nutritivos dos preparados para lactentes” e nove orientações sobre segurança alimentar e elaborou ainda as “Normas relativas à utilização de edulcorantes nos produtos alimentares” e “Normas relativas à utilização de colorantes nos produtos alimentares”, assegurando com todo o empenho a segurança alimentar, através da criação da rede de cooperação regional.

## **Renovação de sistemas de segurança e salvaguarda da ordem pública**

Quanto à segurança da cidade, a primeira fase do “Sistema de Monitorização Digital da Cidade”, composta de 219 câmaras de videovigilância, entrou efectivamente em uso a partir das zero horas do dia 15 de Setembro de 2016, um importante meio auxiliar na execução da lei.

Por outro lado, após o Governo Central ter clarificado uma área marítima de 85 quilómetros quadrados sob a jurisdição da RAEM, o Governo da RAEM dividiu a área marítima sob a sua administração em seis zonas de operações marítimas, destacando, conforme a necessidade da execução da lei em cada zona, navios de diferentes tipos para o patrulhamento. Simultaneamente, com o dispositivo permanente definido de “circuito de reacção com resposta em meia hora”, navios aduaneiros de patrulha podem chegar, em meia hora, a qualquer ponto da área marítima sob a jurisdição de Macau, para responder rapidamente aos eventuais incidentes de contingência, de forma a assegurar a gestão marítima e a execução de lei e salvaguardar a ordem de segurança marítima.

## **Criação do grupo interdepartamental para a revisão do regime de substâncias perigosas**

Com vista a melhorar a gestão das substâncias perigosas, por despacho do Chefe do Executivo, foi criado o Grupo de Trabalho Conjunto Interdepartamental para a Revisão e Optimização do Regime de Substâncias Perigosas de Macau, coordenado pelo secretário para a Segurança e composto pelos representantes dos serviços pertinentes. O referido grupo procedeu ao estudo e apresentou planos de acção de curto, médio e longo prazo, promovendo, de forma organizada, os diversos trabalhos de curto prazo.

Dado o facto de a Central Nuclear de Taishan estar em construção, o Governo da RAEM dá muita importância à questão da segurança nuclear. A Secretaria para a Segurança conseguiu obter, em meados de 2016, as recentes informações sobre o andamento da construção da Central Nuclear de Taishan, coordenando, em seguida, os serviços competentes para acompanhar a avaliação e revisão do plano de contingência para acidentes nucleares vigentes em Macau. Foi iniciada a promoção e criação de um mecanismo de comunicação mútua de acidentes nucleares

entre a província de Guangdong e Macau, de forma a melhor garantir a segurança e saúde da população.



**Novas tecnologias para reforçar os trabalhos da polícia e ordem pública**

## **Cultura, desporto e turismo aceleram a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer**

O desenvolvimento diversificado constitui uma importante pedra angular para a garantia de bem-estar da população. Com vista a acelerar os passos da construção do “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, o Governo da RAEM, através da cooperação no âmbito do turismo, cultura e desporto, desenvolveu, em 2016, vários novos produtos culturais e turísticos, além de organizar várias actividades de celebração de eventos de grande dimensão, enriquecendo assim os elementos de lazer e o conteúdo cultural do turismo de Macau.

## **Estimular o crescimento da indústria turística**

Em 2016, com a entrada numa nova fase de ajustamento do desenvolvimento económico, a estrutura dos visitantes de Macau sofreu uma alteração, com o aumento significativo do número de entrada de visitantes internacionais e, dados de diversos indicadores turísticos mostram, também, um crescimento significativo. Ao mesmo tempo, aproveitando as oportunidades da iniciativa «Uma Faixa, Uma Rota», continuou-se a desenvolver as vantagens únicas de Macau nas áreas do turismo e da cultura, para implementar diversos planos, melhorar as instalações complementares e reforçar a gestão do sector turístico, entre outros, a fim de se aumentar a qualidade dos serviços turísticos.

Em 2016, impulsionado pelos efeitos de diversas sinergias obtidas nas actividades, como os festivais, verificou-se um crescimento significativo dos dados de diversos indicadores turísticos. Assim, o número de entrada de visitantes internacionais foi ligeiramente superior a 30 milhões e o número dos visitantes que pernhoitaram em Macau aumentou em dez por cento, pelo que o número dos visitantes pernhoitados em Macau foi pela primeira vez nos últimos dez anos superior ao número dos visitantes não pernhoitados. Em Novembro, os serviços de turismo concluíram a avaliação dos resultados das actividades do Festival de Luz de Macau e da Parada da Celebração, com vista a perceber o grau de satisfação e de apoio por parte dos visitantes, residentes e comerciantes a estas actividades, o que poderá fornecer indicadores objectivos para a avaliação da eficácia e para o eventual melhoramento do conteúdo destas actividades de grande dimensão.

## **“Anim’Arte NAM VAN” demonstra os resultados da cooperação intersectorial**

O Governo da RAEM impulsionou a cooperação interdepartamental com êxito e o reforço

de coordenação no âmbito do turismo, cultura e desporto, através da combinação de elementos turísticos, de passeio, actividades criativas culturais, restauração e espectáculos para criar novos espaços emblemáticos de turismo e lazer de Macau.

Em Maio de 2016, o grupo de trabalho, constituído pelo Instituto Cultural, Direcção dos Serviços de Turismo, Instituto do Desporto e Instituto de Formação Turística, lançou o projecto "Anim'Arte NAM VAN", oferecendo actividades aquáticas, espectáculos ao ar livre, exposições artísticas, lojas de produtos culturais e criativos e estabelecimentos de restauração e de bebidas, aliados à realização simultânea da Feira de Artesanato do Lago Nam Van, e assim enriqueceu a vida cultural e de lazer dos residentes e visitantes, a que acresce a criação de um espaço para a exposição e venda de produtos locais culturais e criativos.

Em Setembro de 2016, foi lançado o projecto de optimização das Casas-Museu, tendo por objectivo proporcionar uma plataforma de exposição e intercâmbio para a promoção de culturas com influência portuguesa, bem como melhorar os espaços de lazer públicos.

## **Exibição de Macau cultural e salvaguarda do património cultural**

No que diz respeito à conservação do património cultural, em Maio de 2016, a Colecção "Chapas Sínicas" foi inscrita com sucesso no "Registo da Memória do Mundo", graças à candidatura conjunta apresentada pelo Arquivo de Macau e pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Portugal, evidenciando-se desta forma, o valor do acervo documental de Macau.

O Edifício do N.º 80 da Rua das Estalagens foi construído antes de 1892 e é um exemplo típico de um edifício "loja-casa", com loja no piso térreo e habitação nos andares superiores. O edifício foi adquirido pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau em 2011, que levou a cabo os trabalhos de recuperação e reabilitação. Agora o edifício está aberto ao público como espaço para exposições, onde foram organizadas, em 15 de Dezembro, as comemorações dos 150 Anos do Nascimento do Dr. Sun Yat-sen.

Por outro lado, os serviços na área da cultura empenharam-se no cumprimento da Lei de Salvaguarda do Património Cultural, tendo desenvolvido a sua actividade nos termos da lei, nomeadamente, o levantamento dos bens imóveis de interesse cultural em Macau. Em 2016, foi concluído o processo de classificação do primeiro grupo de dez bens imóveis.

Nos termos da Lei de Salvaguarda do Património Cultural e para efeitos de elaboração do "Plano de Salvaguarda e de Gestão do Centro Histórico de Macau", procedeu-se, após uma ampla recolha da opinião pública, à respectiva compilação. De seguida, iniciou-se a segunda fase da consulta pública, tendo sido elaborado o respectivo documento de trabalho.



## Empenho no Planeamento Urbanístico e na Implementação do Programa de Condições Ideais de Habitação e de Mobilidade



Paralelamente à concretização do objectivo de construir Macau num “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, o Governo da RAEM empenha-se na optimização do ambiente urbano de Macau e no aperfeiçoamento do planeamento urbanístico em resposta às necessidades decorrentes do desenvolvimento, e esforça-se, com base nas linhas de acções de construção da cidade propícia à habitação e mobilidade, por elevar a qualidade de vida da população e reforçar a protecção ambiental como definida no plano, a fim de atingir o objectivo de longo prazo do desenvolvimento equilibrado e sustentado.

### Plano urbanístico, perspectiva futura e um novo capítulo da renovação urbana

O aperfeiçoamento do plano urbano tem por objectivo esboçar um esquema para a promoção do desenvolvimento e gestão eficaz. O Governo da RAEM concluiu, em 2016, a elaboração da “Estratégia do Desenvolvimento Urbano da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2030)”, definindo as orientações gerais do futuro desenvolvimento e da construção urbana. Posteriormente, o Governo irá proceder à elaboração do planeamento urbanístico geral de

acordo com a Estratégia do Desenvolvimento Urbano.

No que diz respeito ao plano da direcção do desenvolvimento dos Novos Aterros, o Governo da RAEM elaborou e publicou o “Relatório da terceira fase da consulta pública sobre os novos aterros”. Com base nos resultados obtidos, está a ser analisada e aperfeiçoada a proposta do plano geral de desenvolvimento dos Novos Aterros, propondo concretizar primeiramente os projectos considerados necessários e urgentes e que reúnem, em geral, a concordância da sociedade.

A autoridade procedeu ao estudo do “Plano do Desenvolvimento Articulado da Zona Leste de Macau”, para analisar, de forma unificada, a construção e o planeamento dos Novos Aterros da Areia Preta, o NAPE, as imediações do Reservatório, a Zona A e o Posto Fronteiriço Zhuhai-Macau da ilha artificial. No que diz respeito à Zona Administrativa e Judiciária da Zona B, foram lançados os trabalhos preparatórios do plano relativo às infraestruturas. De igual modo, iniciou-se o planeamento da Zona E1, que abrangem a definição das redes viárias e do posicionamento das infra-estruturas, da finalidade dos lotes de terreno, bem como a ligação entre os meios de transporte aéreo, marítimo e terrestre.

O Governo da RAEM criou, em Fevereiro de 2016, o Conselho para a Renovação Urbana, que entrou em funcionamento em Março. O referido Conselho é composto por vinte e nove membros, incluindo representantes de entidades governamentais e não governamentais. O Governo espera que a criação do respectivo Conselho possa facilitar a elaboração de políticas e medidas de renovação urbana em que se articulem com o desenvolvimento da cidade, no sentido concretizar progressivamente os trabalhos desta área.

## **Acelerar a construção de habitação pública para assegurar “habitação e bem-estar para todos”**

Para concretizar o objectivo político “habitação para todos, bem-estar para todos”, o Governo da RAEM acelerou, em 2016, a construção de habitação pública e o processo de atribuição de habitação pública aos agregados familiares qualificados. Além disso, procedeu a um estudo sobre a perspectiva futura relativamente à procura de habitação pública e iniciou a organização dos terrenos destinados à construção de habitação pública.

As obras do edifício de habitação pública concluídas em 2016 são referentes aos edifícios Cheng I e de Iat Seng, disponibilizando, no total, 770 fracções de habitação económica e 694 fracções de habitação social, respectivamente.

O edifício de equipamentos sociais com seis pisos, situado em Seac Pai Van, que inclui terminal de autocarros, mercado, parque de estacionamento público, centro de actividades comunitárias e biblioteca, foi entregue às respectivas entidades utilizadoras.

Por outro lado, em relação à segunda fase da habitação social e do pavilhão desportivo de Mong-Há, foi rescindido o contrato celebrado com o anterior adjudicatário e iniciado o processo do novo concurso público após a alteração dos projectos. Quanto à habitação social de Tamagnini Barbosa, a alteração do projecto foi concluída em 2016, assegurando que os edifícios adjacentes

não fossem afectados no decurso da execução do projecto. No que respeita ao planeamento de habitação pública para os próximos anos, estão a ser realizados os trabalhos preparatórios para a avaliação do impacto ambiental da demolição das instalações existentes no terreno da Avenida Venceslau Morais, onde está prevista a construção de habitação pública.

Para que os agregados familiares qualificados possam o mais cedo possível morar na habitação pública, o Instituto de habitação acelerou, em 2016, a selecção e as atribuições de fracções aos agregados familiares em lista de espera do concurso de habitação social de 2013. Em 2016, foram atribuídas habitações sociais a mais de 2100 agregados familiares.

Por outro lado, iniciou-se a selecção de 1900 candidatos ao concurso para a aquisição de habitação económica de diferentes tipologias, que foram qualificados para apreciação substancial, tendo sido concluídos, até finais de Setembro, cerca de dois terços das candidaturas e iniciado o processo de selecção para a venda de fracções.

A partir de 2016, o Governo lançou medidas de isenção de renda, com base nos rendimentos, para os arrendatários de habitação social com dificuldade económicas, simultaneamente, para que também os arrendatários de habitação social com rendimento superior ao limite máximo prescindissem das habitações sociais, por sua iniciativa, e para concretizar a utilização racional dos recursos de habitação pública. No ano de 2016, um total de 12.900 arrendatários de habitação social ficaram isentos do pagamento de renda e 34 cujos rendimentos eram superiores ao limite máximo saíram das fracções de habitação social. Em relação aos agregados familiares em lista de espera, o Governo continuou a aplicar o plano provisório de atribuição de abono de residência, a fim de aliviar os seus encargos resultantes do arrendamento de prédios privados.

Para melhorar o regime de habitação pública juntamente com o desenvolvimento social, o Instituto de Habitação efectuou uma consulta pública sobre a alteração do "Regime Jurídico de Habitação Social" e divulgou, em 2016, o relatório final da consulta pública.

## **Valorizar os transportes públicos e incentivar a utilização racional de veículos**

Paralelamente ao desenvolvimento urbano, cresce inevitavelmente a necessidade de gerir o trânsito, tornando-se particularmente evidente um desafio num pequeno território como Macau, que merece a preocupação do Governo da RAEM. Em 2016, a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego concluiu a revisão intercalar da "Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)". Um total de 56 das 61 acções, ou seja mais 90 por cento, abrangidas na Política Geral encontram-se a ser promovidas conforme o definido na política "primazia dos transportes públicos, controlo dos veículos, alívio das vias rodoviárias e incentivo à deslocação a pé".

Para incentivar os residentes a utilizar os transportes públicos, as autoridades empenharam-se na eficácia do serviço de transportes públicos, através de ajustamentos tanto na frequência como nas carreiras de autocarros, em resposta às necessidades reais. Em 2016, foi implementado o plano do corredor exclusivo para autocarros, em determinados horários, entre a Barra e a Doca de Lam Mau, que é destinado à circulação de autocarros e carros de emergência, encurtando

consideravelmente o tempo de viagem dos autocarros entre a Barra e a Zona Central. Foram ainda tomadas medidas de ajustamento nas localizações das paragens de autocarros nas zonas mais críticas para aliviar o congestionamento. Foram lançadas aplicações móveis como a “Localização dos autocarros”, que fornece informações relativas às carreiras, à chegada de autocarros, à paragem em tempo real, bem como a pesquisa das paragens mais próximas através da função de localização do telemóvel.

Para facilitar a deslocação dos idosos e pessoas com deficiência, os responsáveis aproveitaram a revisão de contratos para incentivar as concessionárias a aumentar o número de autocarros adaptados ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida.

Em articulação com o plano de reconstrução e melhoria do sistema de ventilação da zona subterrânea do Terminal das Portas do Cerco, foi concluída a obra de expansão da zona de tomada e largada de passageiros para os autocarros turísticos na zona leste da praça. No futuro, a zona subterrânea do Terminal passará a ser dedicada exclusivamente ao uso de autocarros públicos.

Por outro lado, foi implementada, sob a coordenação das autoridades e no segundo trimestre de 2016, a exploração conjunta de autocarros entre as três concessionárias do jogo, com a qual as carreiras e a frequência diária desses autocarros foram respectivamente reduzidas, sendo registada, até finais do ano, uma redução de 327 partidas, por dia, desde os diversos postos fronteiriços, em comparação com o registado em 2015.

Com vista a satisfazer as necessidades do público quanto aos serviços de táxi, as autoridades competentes aumentaram, oportunamente, o número de alvarás de táxis atribuídos conforme o necessário em Macau. Em 2016, atribuíram-se 200 alvarás de táxi que foram objecto de concurso público em 2015 e, em Abril, foram concluídos novo concurso público para atribuição de mais 250 licenças. Para além disso, foi também concluída a adjudicação de 100 licenças de táxis especiais. A empresa concessionária irá dispor, faseadamente, de 100 táxis especiais, dos quais cinco serão adaptados ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida e dez serão de grande porte, e irá criar um centro para a prestação de serviços equipado com um sistema de gestão.

Com a conclusão das obras dos edifícios de habitação económica Cheng I e do edifício de habitação social Iat Seng, são criados cerca de 1170 novos lugares de estacionamento, para carros e motos. Simultaneamente, foi lançado novo modelo de tarifário actualizando assim os montantes das tarifas de estacionamento e introduzida a cobrança de tarifas consoante o horário de utilização, a fim de incentivar o hábito da utilização mais racional dos veículos privados.

Para encorajar o hábito de deslocação a pé, foi dada a continuidade ao aperfeiçoamento das redes pedonais. Foram concluídas sucessivamente, em 2016, as obras de construção das escadas rolantes na Rua da Surpresa e do projecto de embelezamento da Rua da Encosta e o acesso pedonal entre a ZAPE e a Guia, reduzindo-se assim a distância nas deslocações pedonais entre as áreas da zona central e do ZAPE. Na ilha da Taipa, foi concluída a construção do passeio entre o Jardim do Lago e as Vivendas do Carmo, bem como da empreitada do miradouro, com vista a melhorar o ambiente pedonal e estabelecer uma ligação entre pontos turísticos.

Sendo um importante sistema de transporte colectivo para o futuro de Macau, a obra de construção do Metro Ligeiro conquistou também um avanço marcante em 2016. Até finais de 2016, as obras de engenharia civil do viaduto com 9,3 quilómetros de extensão e as 11 estações

da Linha da Taipa estão basicamente concluídas, dando-se, assim, início à instalação do sistema ferroviário. Ao mesmo tempo, foi já resolvido o problema relativo à rescisão de contrato, que afectou a construção da superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro. As obras foram assim retomadas após alteração dos projectos e a realização de novo concurso.

Para coordenar as necessidades do desenvolvimento, uma equipa de consultadoria foi encarregada de efectuar uma análise sobre a previsão do fluxo de passageiros do Metro Ligeiro, com vista a planear, de forma mais racional, a rede do Metro Ligeiro incluindo o traçado de Macau. Com a conclusão do estudo de viabilidade relativo à Linha de Seac Pai Van do Metro Ligeiro, deu-se início ao estudo da sua ligação com a Linha da Taipa.

Após a conclusão da obra do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água deu início, a partir de Julho de 2016, à entrega da mesma às entidades utilizadoras, dando-se, assim, início à preparação para a sua entrada em funcionamento, de forma a assegurar a estabilidade e a fluidez dos serviços de transporte marítimo durante a transição do Terminal Provisório para o Novo Terminal Marítimo.

Ficou definido que a quarta ligação Macau-Taipa será uma ponte, assim, o Governo da RAEM já concluiu o estudo sobre a viabilidade da empreitada e a avaliação de impacto ambiental marítimo, que foram submetidos ao Governo Central para aprovação. Uma vez aprovada pelo Governo Central a avaliação do impacto ambiental marítimo, o Governo da RAEM espera concluir os trabalhos de adjudicação do projecto e construção da quarta ligação Macau-Taipa em 2017, dando depois início às obras.

## **Protecção ambiental garante condições favoráveis à habitação e o transporte ecológico cria condições de mobilidade**

Com vista a assegurar o desenvolvimento sustentado e a concretizar um ambiente propício à habitação e mobilidade, o Governo da RAEM dedicou-se à protecção ambiental concluiu em 2016 a avaliação da execução e eficácia da fase intercalar do "Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)" e apresentou as respectivas propostas de actualização e ajustamento a longo prazo.

A par do desenvolvimento urbano, cresce a necessidade de tratamento de resíduos sólidos e de águas residuais. Pelo que o Governo da RAEM encarregou uma empresa de consultadoria de efectuar uma avaliação geral sobre a gestão de resíduos sólidos de Macau. Além disso, está a decorrer o estudo de viabilidade da expansão e modernização da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau.

Por outro lado, foi desenvolvida, de forma contínua, a cooperação ambiental com o interior da China nos termos do "Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau". Foi decidido, em 2016, o local de recepção no interior da China para o tratamento dos materiais inertes resultantes de demolições e construções. Foram adquiridos equipamentos de *software* e *hardware* para o sistema operacional e de controlo para a transferência inter-regional de veículos obsoletos.

Tendo em vista a melhoria da qualidade do ar, foi concluída a elaboração e publicação do regulamento administrativo “Normas Relativas à Gasolina sem Chumbo e ao Gasóleo Leve para Veículos”, e foram reforçados os equipamentos de inspeção de veículos automóveis, de forma a aumentar a capacidade diária de inspeção de 280 para 650 veículos.

Foi ainda concluída a elaboração do “Plano de Curto, Médio e Longo Prazo para a Introdução e Promoção de Eco Veículos em Macau”. Com vista a generalizar a utilização de veículos eléctricos, a autoridade lançou as “Directrizes Técnicas de Segurança de Instalações de Carregamento de Veículos Eléctricos” e concluiu a instalação de 60 pontos de carregamento de veículos ligeiros em parques de estacionamento públicos, dando início também ao estudo dos critérios para a instalação de equipamentos para carregamento de veículos eléctricos em novos edifícios. Quanto ao transporte público, as empresas concessionárias são incentivadas, continuamente, a utilizar autocarros ecológicos, encontrando-se em funcionamento 44 autocarros ecológicos, no final do ano.



Construção das grandes infraestruturas e de uma (família feliz)

## Promoção da Reforma da Administração Pública e Reforço da Estrutura do Sistema Jurídico



Em 2016, em articulação com o posicionamento do desenvolvimento de “Um Centro, Uma Plataforma”, na área da Administração e Justiça, foi aprofundada, constantemente, a reforma da Administração Pública, impulsionada a construção do sistema jurídico e aperfeiçoados os serviços relacionados com a vida quotidiana para responder às necessidades resultantes do desenvolvimento social e expectativas dos residentes.

## **Promoção da reorganização e das estruturas da Administração Pública e dos organismos consultivos**

O Governo da RAEM racionaliza e simplifica a organização das funções entre os serviços públicos e aumenta a eficácia do funcionamento geral da Administração. Na sequência da conclusão, em 2015, da reestruturação de sete serviços públicos, foi dada continuidade, em 2016, ao trabalho de reorganização dos restantes oito serviços públicos contemplados no plano da primeira fase da reorganização de funções e estruturas, incluindo, nomeadamente, a conclusão da fusão do Gabinete para os Recursos Humanos e da Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais, a reestruturação do Corpo de Bombeiros e a extinção da Comissão de Segurança dos Combustíveis, a integração das funções da Direcção dos Serviços de Correios e da Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações e a fusão destas para criar a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações e a apresentação à Assembleia Legislativa do projecto de reestruturação dos Serviços de Polícia Unitário, resultante da extinção do Gabinete Coordenador de Segurança e da integração das respectivas funções nos Serviços de Polícia Unitários. Além disso, para fazer face às necessidades do seu desenvolvimento funcional, foi feita ainda a reestruturação orgânica do Gabinete de Apoio ao Ensino Superior. Com base na primeira fase da reorganização de funções e estruturas, foi elaborado o plano da segunda fase.

Realizou-se a reorganização e a integração dos organismos consultivos no âmbito da Administração Pública, sistema jurídico, sector económico, transporte, cultura, serviços sociais e cuidados médicos. Implementaram-se, de forma contínua, os regimes relativos aos mandatos e à acumulação de cargos dos membros dos organismos consultivos e irá proceder-se ainda à revisão do funcionamento dos organismos consultivos e do mecanismo de consultas políticas. Neste momento, foi já concluída a reestruturação do Conselho Consultivo da Reforma Jurídica e encontram-se em curso a reestruturação da Comissão dos Assuntos das Mulheres e dos organismos consultivos da área dos transportes e obras públicas, incluindo o Conselho Consultivo do Trânsito, o Conselho para os Assuntos da Habitação Pública, a Comissão para o Desenvolvimento do Sector Logístico, o Consultivo do Planeamento Urbanístico e o Conselho Consultivo do Ambiente, entre outros.

## **Estudo sobre órgãos municipais sem poder político e melhoramento do regime geral da avaliação do desempenho**

No que respeita à preparação para a criação de órgãos municipais sem poder político, o grupo de estudo interdepartamental composto pelos dirigentes e juristas dos vários serviços públicos, procedeu ao estudo sobre a definição da natureza desses órgãos municipais como órgãos “sem poder político”, sua forma de criação, estrutura orgânica, atribuição de funções, metodologia da escolha dos seus membros, entre outros aspectos. O grupo de estudo apresentou uma proposta preliminar e elaborou o respectivo relatório para realizar a consulta pública para a recolha de

diferentes opiniões da sociedade, por forma a estimular a criação de órgãos municipais sem poder político, nos termos legais.

Com vista a aperfeiçoar, continuamente, o regime de avaliação do desempenho, o Governo da RAEM implementou, no segundo semestre de 2016, um projecto-piloto, referente ao mecanismo de avaliação dos serviços prestados, e mediante a introdução da avaliação por uma terceira entidade, ou seja encarregou uma instituição académica para a realização de inquérito com o objectivo de recolher os dados da avaliação dos residentes em relação à prestação de serviços em geral de toda a Administração Pública e dos mais de 50 serviços públicos, aumentando o grau científico e de imparcialidade da respectiva avaliação. Os resultados da avaliação pela terceira entidade servirão como elementos para a avaliação periódica do desempenho dos serviços públicos a realizar pela Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos, impulsionando, desta maneira, o aumento do desempenho organizacional dos serviços públicos e da qualidade dos serviços prestados.

## **Simplificação dos serviços interdepartamentais e desenvolvimento activo do Governo Electrónico**

Conforme o definido no "Planeamento Geral do Governo Electrónico da Região Administrativa Especial de Macau 2015-2019", foi dado um arranque prioritário à simplificação da prestação dos serviços interdepartamentais. Dos 45 procedimentos interdepartamentais de apreciação e aprovação de licenciamento/licença que foram planeados e aperfeiçoados na primeira fase, procedeu-se, em 2016, a um aperfeiçoamento de 18 procedimentos relativos ao licenciamento/licença administrativa nas áreas de comércio a retalho, bebidas e comidas, restauração e mediação.

Quanto à promoção dos serviços públicos electrónicos, o Governo da RAEM criou e optimizou os sistemas de gestão e das respectivas infra-estruturas de rede. Até finais de 2016, encontraram-se totalmente informatizados 15 serviços. Nomeadamente, nas áreas relacionadas com o recenseamento eleitoral de pessoas singulares, com o concurso de gestão uniformizada para ingresso, com a prestação de resposta em dados estatísticos, com o registo de marcas comerciais e o serviço de auto-atendimento para o levantamento automático de encomendas postais, entre outros. No âmbito da gestão interna, tem-se prosseguido com a optimização da "Plataforma de gestão e serviços para funcionários e agentes públicos". Até finais de 2016, contavam-se um total de 30 serviços públicos que utilizavam ou faziam o uso experimental da referida plataforma.

## **Implementação do recrutamento uniformizado e optimização do regime da Administração Pública**

De acordo com o "Regime de recrutamento, selecção e formação para efeitos de acesso dos trabalhadores dos serviços públicos" recentemente alterado, foi ampliado o âmbito de aplicação, passando das originais carreiras de técnico superior e adjunto-técnico para as 14 carreiras gerais, incluindo técnico e assistente técnico administrativo, e as 19 carreiras especiais.

O processo de recrutamento fica a cargo da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública com a assistência e participação dos serviços públicos interessados, podendo não só simplificar os procedimentos de selecção e aumentar a eficácia do recrutamento, como também atender às vocações dos candidatos e às necessidades dos respectivos serviços. Segundo o plano definido, foi lançada, em 2016, a etapa de avaliação de competências integradas para as carreiras de técnico superior, técnico de apoio e operário.

Com vista a promover a revisão global do regime de carreiras, foi concluída, em 2016, a consulta da primeira fase da revisão do "Regime das carreiras dos trabalhadores dos serviços públicos", em que foram objecto de consulta as matérias relativas ao ajustamento da estrutura da tabela indiciária das carreiras de controlador de tráfego marítimo, hidrógrafo e topógrafo. Com base nos trabalhos acima desenvolvidos, procedeu-se ao estudo sobre carreiras em geral. Simultaneamente, realizou-se a revisão do "Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública" sobre as disposições relativas às férias, faltas e horário de trabalho, sendo dado também um avanço na revisão e no estudo no que respeita aos regimes de promoção, avaliação e remuneração, o que contribui para a criação de uma base para o melhoramento dos aludidos regimes.

## Coordenação da legislação e do reforço contínuo na construção do sistema jurídico

Implementou-se de forma gradual o mecanismo de coordenação da produção legislativa no sentido de integrar as fases de decisão, consultas e redacção legislativa num circuito unificado e elaborar o plano legislativo de médio e longo prazo, com vista a desenvolver e aperfeiçoar a construção do sistema jurídico.

Para garantir a imparcialidade dos actos eleitorais e assegurar os direitos democráticos, o Governo da RAEM procedeu à revisão da "Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa", que foi aprovada na especialidade pela Assembleia legislativa em 2016. Foi dada a atenção ao aperfeiçoamento das leis fundamentais, acelerada a produção legislativa sobre assuntos relacionados com a vida da população e promovida a produção da "Lei de Bases da Gestão das Áreas Marítimas" e de outros grandes projectos legislativos. Foi concluída a consulta pública sobre a "Lei de Bases da Gestão das Áreas Marítimas" e a respectiva equipa de redacção legislativa está a analisar e a estudar as opiniões e propostas recolhidas para elaborar a respectiva proposta de lei.

Em articulação com a entrada em vigor a 1 de Setembro de 2016 da "Lei de protecção dos animais", o Governo da RAEM iniciou, sucessivamente, uma série de acções de educação cívica, de divulgação e aplicação da lei e reforçou do trabalho de divulgação sobre a prevenção da gripe das aves e aves de capoeira refrigeradas.

Relativamente ao trabalho de segurança alimentar, foi intensificado o mecanismo de fiscalização e foram lançadas as respectivas normas e orientações relativas à segurança alimentar. Continuou-se a sensibilizar os residentes sobre os riscos da segurança alimentar, reforçando-se a cooperação internacional e regional para garantir a segurança alimentar.

Além disso, foi reforçada a construção e gestão urbana para aperfeiçoar os trabalhos de arborização e higiene com vista a transformar, com todo o empenho, Macau no Centro Mundial de Turismo e Lazer.

## Assembleia Legislativa Cumpre as suas Funções e Aprecia as Leis para Responder às Exigências da Sociedade



Na 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da V Legislatura da Assembleia Legislativa (de 16 de Outubro de 2015 a 15 de Outubro de 2016) - foram realizados 42 plenários e 154 reuniões das comissões. Durante esta sessão legislativa foram aprovadas em plenário nove leis, uma resolução e 16 deliberações.

No cumprimento da função legislativa, a Assembleia Legislativa aprovou, no âmbito da administração pública, a Lei n.º 13/2015 - "Alteração aos Estatutos do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais", contribuindo para a racionalização das funções do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e dos outros serviços, a implementação da orientação governativa de racionalização de quadros e simplificação administrativa em articulação com o posicionamento funcional do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e criando as condições para o futuro desenvolvimento dos seus serviços one-stop e medidas que facilitem a vida dos residentes. No âmbito social e do bem-estar da população, foi aprovada a Lei n.º 2/2016 - "Lei de prevenção e combate à violência doméstica", estipulando uma série de medidas de prevenção, protecção, punição e correcção, de forma a assegurar que os ofendidos da violência doméstica possa receber

a maior garantia, a fim de prevenir os crimes de violência doméstica e promover a preservação da harmonia familiar e estabilidade social. No sector do comércio externo, a Assembleia Legislativa aprovou, a Lei n.º 3/2016 - "Alteração à Lei do Comércio Externo", introduzindo-se o Regime do Livrete A.T.A e o Regime de Licença de Transito no ordenamento jurídico do comércio externo, para simplificar os procedimentos e formalidades da importação temporária de mercadorias e sua reexportação de Macau dentro de um curto prazo, e reforçar a fiscalização do trânsito de mercadoria sujeita ao controlo, criando assim um ambiente de negócio mais favorável ao desenvolvimento das indústrias de convenções e exposições e mantendo a ordem do comércio externo. No âmbito da protecção dos animais, foi aprovada a Lei n.º 4/2016 - "Lei de protecção dos animais", estabelecendo as obrigações para os donos de animais e as competências do serviço de fiscalização e implementando a penalização dos actos de maus-tratos contra animais, de modo a reforçar a gestão dos animais e salvaguardar a segurança pública e saúde pública. No âmbito da saúde pública, a Assembleia Legislativa aprovou, a Lei n.º 5/2016 - "Regime jurídico do erro médico", definindo claramente o conceito do erro médico, criando o seguro obrigatório da responsabilidade civil profissional e estabelecendo um mecanismo de tratamento de litígios decorrentes de erro médico relativamente aperfeiçoado e adaptado à realidade de Macau, para garantir os direitos e interesses dos utentes e prestadores de cuidados de saúde. No âmbito do cumprimento dos deveres internacionais, tendo em conta que o Governo Popular Central da República Popular da China tem vindo a ordenar a aplicação à Região Administrativa Especial de Macau de várias resoluções adoptadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas no âmbito do combate ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição maciça, foi aprovada a Lei n.º 6/2016 "Regime de execução de congelamento de bens", assegurando que o ordenamento jurídico de Macau se encontra em condições de dar execução às obrigações aí decorrentes. Por outro lado, a Assembleia Legislativa aprovou, com processo de urgência, a Lei n.º 14/2015 - "Alteração ao regulamento do imposto sobre veículos motorizados" e a Lei n.º 1/2016 - "Alteração à lista de doenças transmissíveis anexa à Lei n.º 2/2004 (Lei de prevenção, controlo e tratamento de doenças transmissíveis)", visando a primeira controlar o aumento de número de veículos motorizados através do aumento do custo da sua aquisição e simplificar os procedimentos da declaração de dados dos veículos motorizados, enquanto a segunda tendo como objectivo tomar respectivas medidas adequadas para responder ao alerta sobre o vírus Zika emitido pela Organização Mundial de Saúde e pela Organização Pan-Americana da Saúde, de forma a garantir a segurança de saúde pública de Macau e a saúde do público. As leis acima aludidas são todas da iniciativa do Governo.

No âmbito do cumprimento da função fiscalizadora, a Assembleia Legislativa procedeu aos trabalhos no domínio da fiscalização orçamental e das finanças públicas, conforme competências conferidas na Lei Básica, incluindo, nomeadamente a aprovação da Lei n.º 15/2015 - "Lei do Orçamento de 2016", a apreciação do "Relatório sobre a Execução do Orçamento do Ano de 2014", apresentado pelo Governo e, tendo ouvido, ainda, o debate sobre o "Relatório das Linhas de Acção Governativa de 2016" apresentado pelo Chefe do Executivo. A par disso, no decurso do período normal de funcionamento, os deputados apresentaram 719 interpelações escritas e 61 orais, e foram realizadas oito sessões plenárias destinadas a estas últimas. No decurso das sessões plenárias e no período de antes da ordem do dia, os deputados apresentaram um total de 264 intervenções sobre assuntos relativos à política habitacional, transportes públicos, cuidados médicos e saúde, economia, cultura, desenvolvimento do sector de jogo, administração

pública e serviços de telecomunicações. Por outro lado, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Terras e Concessões Públicas, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas e a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública acompanharam activamente matérias importantes na área da acção governativa e respectivas leis aplicáveis, elaborando oito relatórios de pareceres.

A transmissão e auscultação de opiniões, propostas e críticas de diversa natureza formuladas pelos residentes, bem como a resposta atempada às demandas sociais constituem também atribuições do órgão legislativo. No decurso da sessão legislativa em curso, a AL continuou a reforçar o serviço de atendimento rotativo ao público por deputados, tendo 26 residentes sido atendidos presencialmente por deputados. Para além disso, houve ainda cidadãos e associações que apresentaram, sucessivamente, ao longo desta sessão legislativa, quatro petições, que foram alvo do devido seguimento, por parte da AL, consoante os termos concretos de cada caso.

## Posição Firme do CCAC no Combate à Corrupção e Atitude Exigente da Auditoria



Em 2016, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) continuou a adoptar como princípios da sua actuação "o primado da lei" e a "igualdade perante a lei", constituindo a sua missão prioritária a investigação e resolução de crimes de corrupção e de crimes conexos de fraude nos sectores público e privado. O facto de ter sido detectado um caso com grande impacto, o qual envolveu um ex-titular de um cargo de direcção de um órgão de administração da justiça

e ter sido instaurado um inquérito relativo à questão do aproveitamento de terrenos, bem como divulgado o respectivo relatório de investigação, demonstra que o CCAC continua determinado no permanente combate à corrupção, na promoção da integridade, na salvaguarda dos interesses da RAEM, do prestígio da governação do Governo da RAEM e empenhado na construção de Macau como uma sociedade íntegra e justa. Simultaneamente, o CCAC continuou a desenvolver acções de sensibilização, alargando a sua rede de relações públicas, de forma a aumentar o nível de consciência da sociedade em relação à integridade e à justiça. O CCAC agiu activamente na intensificação do intercâmbio e da cooperação com as províncias e cidades do interior da China e com as regiões vizinhas, participando em conferências, reuniões e acções de formação realizadas por organizações regionais e internacionais. Foram continuamente aperfeiçoados os procedimentos de trabalho internos e a organização dos recursos humanos, no sentido de promover a coesão, o espírito de iniciativa do pessoal e de incrementar a eficiência do trabalho.

O CCAC recebeu, em 2016, um total de 910 queixas e denúncias, sendo que destas, 252 foram casos instaurados relacionados com matéria criminal e 658 estavam relacionados com matéria administrativa. Dos casos de natureza criminal, 182 viram a investigação concluída e encaminhada para o Ministério Público ou arquivada, e 280 dos casos de natureza administrativa, foram dados como concluídos e arquivados. Simultaneamente, o CCAC recebeu 1102 pedidos de consulta e de informação sobre variados assuntos, sendo que 453 abordavam matéria criminal e 649 matéria administrativa.

No que se refere às acções de sensibilização, o CCAC deu continuidade à divulgação dos valores de integridade junto da população em geral, estimulando os cidadãos a apresentarem denúncias e apoiarem de forma concertada a construção de uma sociedade íntegra. Em 2016, foram organizadas 401 palestras e colóquios, contando com a participação de 20.213 pessoas, dirigidas essencialmente aos trabalhadores da função pública, membros de associações, empregadores e trabalhadores de estabelecimentos comerciais, jovens e estudantes do ensino secundário e primário. Para além disso, foi lançado novo material didáctico para o ensino secundário sob o título "Pensar e Actuar", constituindo este material didáctico um auxiliar da disciplina de Educação Moral e Cívica do ensino secundário geral. As duas delegações na Areia Preta e na Taipa continuaram a servir o seu propósito. Em 2016, o número de queixas ou denúncias, e de pedidos de consulta e de informação, recebidos nas duas delegações, totalizou 752.

Quanto ao intercâmbio com o exterior, o CCAC organizou visitas ao Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, ao Departamento de Supervisão da Província de Guangdong, à Procuradoria Popular da Província de Guangdong, aos Serviços de Supervisão da Cidade de Cantão, à Procuradoria Popular da Cidade de Cantão, aos Serviços de Supervisão da Cidade de Foshan e da Cidade de Zhuhai, às Procuradorias Populares da Cidade de Zhuhai, do distrito novo de Hengqin e do distrito de Jinwan ambos de Zhuhai; o CCAC enviou também pessoal ao Japão para participar na Reunião da Região Asiática do Instituto Internacional de Ombudsman (IOI) e Fórum internacional, à cidade de Tianjin, para participar na 9.ª Conferência Anual e Sessão Plenária da Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção (IAACA), ao Reino do Butão, para participar na 21.ª Reunião do Grupo Orientador e 14.º Seminário Regional da Iniciativa do ADB/OECD contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico, à cidade de Sanya na província de Hainan, para participar na 14.ª Conferência dos Procuradores-

Gerais dos Países Membros da Organização de Cooperação de Xangai e Conferência dos Procuradores-Gerais dos BRICS 2016, a Viena, para participar nas reuniões relativas à Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, à Tailândia, para participar na 11.ª Conferência Mundial do IOI, a Singapura, para participar no 4.º Simpósio sobre Regulação de Casinos e Crimes Derivados organizado pela Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, entre outras. Da mesma forma, o CCAC recebeu também as delegações da Procuradoria Popular Suprema, do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau da Província de Hunan, do Departamento de Supervisão da Província de Guangdong, da Procuradoria Popular da Província de Guangdong, das Procuradorias Populares da Cidade de Zhuhai e do seu distrito novo de Hengqin, do Tribunal Popular de Segunda Instância da Cidade de Zhuhai, dos Serviços de Supervisão da Cidade de Foshan, da Comissão do Parlamento Nacional de Timor-Leste, da Procuradoria de Moçambique, e da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, entre outras. O CCAC e as referidas delegações aprofundaram os conhecimentos relativos a cada uma das entidades e desenvolveram o intercâmbio e a cooperação de forma pragmática. A par disso, o CCAC teve, respectivamente, encontros com os representantes de várias instituições e organizações locais, no sentido de ouvir opiniões de todos os sectores e aceitar a fiscalização da sociedade.

O CCAC continuará a pautar a sua actuação pela legalidade e pela mesma valorização da repressão e da prevenção da corrupção, empenhando esforços na investigação de todos os casos e combatendo com firmeza todos os tipos de crime de corrupção. O CCAC continuará também atento à necessidade de protecção dos direitos e interesses dos cidadãos, serão investigadas eventuais ilegalidades ou irregularidades administrativas dos serviços e entidades públicas e emitidas sugestões para a sua correcção, contribuindo assim para defender a justiça e a integridade na nossa sociedade.



Em 2016, o Comissariado da Auditoria (CA) divulgou quatro relatórios de auditoria, incluindo três relatórios de auditoria de resultados ("Serviços adjudicados de consultoria, de estudos e de sondagens de opinião", "Planeamento e Construção de Edifícios para Instalação de Serviços Públicos" e "Actividade do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais no âmbito da gestão das instalações municipais para fins de lazer") e o "Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2015".

O relatório de auditoria de resultados, intitulado "Serviços adjudicados de consultoria, de estudos e de sondagens de opinião", foi elaborado com o objectivo de verificar os serviços adjudicados pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). As informações disponibilizadas revelaram que no período compreendido entre 1/1/2010 e 30/6/2013, os serviços públicos adjudicaram 1514 serviços de consultoria, de estudos e de sondagens de opinião ou de natureza similar cujas despesas excederam o valor 1400 milhões de patacas. A presente auditoria seguindo critérios de selecção pré-definidos examinou 280 serviços adjudicados, considerados de maior risco, tendo-se verificado em 81 situações problemáticas. Os resultados da auditoria revelaram que os serviços públicos não possuem o conhecimento necessário dos principais diplomas legais que regulam as operações financeiras, nem dos diplomas orgânicos dos seus departamentos, razão pela qual não fazem a aplicação correcta dos referidos diplomas legais. Por isso, todos os trabalhadores da Administração Pública têm de conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares.

O relatório de auditoria de resultados "Planeamento e Construção de Edifícios para Instalação de Serviços Públicos", incide em apurar se a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) elaborou o planeamento global dos edifícios para instalação de serviços públicos no exercício da atribuição, de modo a garantir que o Governo da RAEM possa concretizar o objectivo de construção gradual de edifícios públicos definido nas linhas de acção governativa e resolver os problemas resultantes do arrendamento de instalações do domínio privado. Relativamente ao planeamento global dos edifícios para instalação de serviços públicos, a DSSOPT limitou-se a acompanhar os pedidos de construção de edifícios apresentados pelos serviços públicos. O CA considera que nas perspectivas de poupança de despesas e da administração pública, o facto do Governo arrendar imóveis a privados, em grande escala, para instalação de serviços públicos é uma prática que não condiz com a regra geral de custos e proveitos. Alguns serviços públicos que prestam atendimento ao público, há muito tempo, tiveram de arrendar fracções autónomas em edifícios comerciais mediante pagamento de rendas elevadíssimas, tornando-se assim difícil de controlar os custos das rendas que são pagas com dinheiros públicos, como também resulta dessa prática restrições no desenvolvimento a longo prazo.

No ano de 2015, as despesas realizadas pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) no âmbito das instalações municipais para fins de lazer totalizaram o valor de 98.672.749,75 patacas. O relatório de auditoria de resultados intitulado "Actividade do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais no âmbito da gestão das instalações municipais para fins de lazer", foi levado a cabo com o objectivo de verificar se o IACM definiu as medidas adequadas no âmbito da gestão das instalações municipais, por forma a manter as instalações e equipamentos em bom funcionamento e em boas condições de higiene e proporcionar um ambiente agradável e seguro aos utentes. No entanto, verificou-se que um grande número de instalações e equipamentos examinados estavam danificados e alguns deles comportavam riscos

de segurança. O IACM tinha introduzido um mecanismo de inspecção e reparação periódica, mas os resultados da auditoria mostraram que o mecanismo foi concebido e executado de forma deficiente. O relatório assinalou, também, que os utentes devem ter cuidado na utilização dos bens públicos e na manutenção das condições de higiene, e manter, as instalações públicas em condições limpas e agradáveis.

Em Junho de 2016, a convite do Governo da RAEM, o Auditor-Geral do Gabinete da Auditoria Nacional (GAN) e o presidente do Conselho Directivo da Organização Internacional de Instituições Superiores de Controlo (INTOSAI), Liu Jiayi, estiveram em Macau para proferir uma conferência intitulada "Aperfeiçoando a governação chinesa: Como exercer plenamente o papel da auditoria nacional". Durante o evento, Liu Jiayi fez ainda uma visita ao CA, durante a qual se encontrou com o Comissário da Auditoria de Macau, Ho Veng On, e foi apresentada a Liu Jiayi a actual situação da aplicação do Programa Informático de Auditoria *in loco* (edição de Macau) que tem sido desenvolvido pelo CA com o apoio do GAN. O Auditor-Geral reuniu-se também com os trabalhadores do CA que participaram nas acções de formação do GAN. Liu Jiayi apelou aos trabalhadores do CA que mantenham uma atitude pró-activa na actualização dos seus conhecimentos e sejam determinantes e responsáveis no cumprimento dos princípios e execução das funções. Em Agosto, a convite do Comissário da Auditoria de Macau, Ho Veng On, a chefe do Departamento de Auditoria da Província de Guangdong, He Lijuan, fez uma visita a Macau e realizou um encontro com os trabalhadores do CA, tendo trocado opiniões relativas à gestão das instituições de auditoria pública, ao desenvolvimento da auditoria baseada em tecnologias de informação e comunicação e à formação do pessoal.

A fim de aprofundar os conhecimentos técnicos do pessoal de auditoria, em 2016, o CA convidou especialistas provenientes de Portugal e de Hong Kong, para leccionarem vários cursos, incluindo os de Contratação Pública, de gestão de risco de auditoria, de controlo de qualidade, de risco de auditoria no sector das finanças públicas, de documentação e de normas internacionais de relatórios financeiros. No âmbito da formação foi, ainda, enviado o pessoal adequado para participar nos cursos organizados pelo GAN, em Pequim, com vista a que o pessoal de auditoria pudesse dominar os conhecimentos e as técnicas de auditoria internacionais e aumentar a eficácia dos trabalhos de auditoria.

Para manter a boa comunicação com as instituições congéneres e conhecer as mais recentes informações relativas à auditoria, o Comissário da Auditoria de Macau, Ho Veng On, à frente duma delegação do Comissariado, efectuou, em Março, uma visita ao Auditor-Geral do GAN, Liu Jiayi, em Pequim. Durante o encontro foram abordadas questões relacionadas com o reforço do apoio ao Governo da RAEM no âmbito do desenvolvimento da actividade de auditoria, nomeadamente, no que respeita ao estudo da optimização e actualização do Programa Informático de Auditoria *in loco* (edição de Macau) e à formação técnica dos trabalhadores do CA. O Comissário da Auditoria de Macau participou ainda, respectivamente, na IX Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP) que decorreu na cidade de Luanda (Angola) em Setembro e no XXII Congresso da INTOSAI na capital dos Emirados Árabes Unidos, Abu Dhabi, em Dezembro. A convite da Sociedade de Auditoria da China, a delegação do CA chefiada pelo Director dos Serviços de Auditoria participou no "Seminário sobre a Teoria e Prática de Auditoria nas Duas Margens do Estreito e em Hong Kong e Macau 2016", realizado em Dezembro, na cidade

Zhengzhou, na província de Henan.

No domínio de divulgação, o CA deu continuidade aos “Encontros sobre a cultura de auditoria” dirigidos a instruendos das Forças de Segurança e a trabalhadores recém-admitidos na Função Pública. O CA foi ainda convidado pelos serviços públicos para promover a aplicação adequada do erário público junto dos seus trabalhadores. Em 2016, o CA realizou um total de 29 sessões de esclarecimento, com cerca de mil participantes.

## Tribunais com Maior Eficácia e Ministério Público Combate o Crime

### Processos tratados pelos tribunais das três instâncias



Em 2016, o número de processos recebidos pelos tribunais das três instâncias foi o maior de sempre totalizando 25.001 processos, traduzindo não só um aumento de 3,3 por cento em relação a 2015, como ultrapassou, em dois anos consecutivos, o nível dos 20 mil. Dos quais, 94 deram entrada no Tribunal de Última Instância, 1001 no Tribunal de Segunda Instância, 23.359 no Tribunal Judicial de Base (incluindo os processos entrados no Juízo de Instrução Criminal) e 547 seguiram para o Tribunal Administrativo.

É de salientar que, os processos recebidos pelos tribunais das três instâncias são

principalmente processos penais e processos relacionados com o direito de trabalho com 11.011 processos (não incluindo processos recebidos pelo Juízo de Instrução Criminal), seguidos por 4466 processos cíveis e laborais, 750 processos administrativos e 8774 processos de outras naturezas.

Os tribunais das três instâncias concluíram um total de 23.575 processos em 2016. Entre estes, contam-se 89 processos concluídos e 45 por concluir pelo Tribunal de Última Instância; 909 processos concluídos e 621 pendentes no Tribunal de Segunda Instância; 22.439 processos concluídos e 12.936 por concluir pelo Tribunal Judicial de Base (incluindo os processos concluídos no Juízo de Instrução Criminal); 138 processos concluídos e 528 processos aguardam desfecho no Tribunal Administrativo.

## Divulgação jurídica e serviços de consulta

Para reforçar a divulgação jurídica e promover a transparência judicial, a partir de 9 de Outubro de 2013, os tribunais começaram a elaborar notícias sobre alguns processos típicos julgados pelos tribunais, para as publicar na página electrónica dos tribunais e na rede informática de notícias do Governo, e posteriormente serem divulgadas pelos meios de comunicação social, esperando que, através desta medida, a sociedade obtenha melhor conhecimento jurídico e melhor observância legal, ao mesmo tempo que apreende diversas vias e metodologias judiciais para a resolução dos diferentes litígios. Até final de 2016, publicaram-se mais de 429 notícias, sendo 90 relativas a 2016.

A Secção de Informação do Tribunal Judicial de Base e o Juízo de Pequenas Causas Cíveis continuaram a prestar serviços de consulta às partes envolvidas em processos judiciais. Em 2016, a Secção de Informação do Tribunal Judicial de Base recebeu um total de 8033 pessoas interessadas num conjunto de 7590 processos. Essa secção tratou directamente 6598 processos, transferiu 520 para o Ministério Público e 112 para outros departamentos, para além de atender 3821 consultas de informação por telefone. O Juízo de Pequenas Causas Cíveis tratou e concluiu, por si próprio, todos os 1661 processos de consulta ou de pedidos de informação.

## Assistência e execução das decisões judiciais

Relativamente à citação ou notificação de actos judiciais e extrajudiciais e à realização de investigação, bem como, a outros actos judiciais em Matéria Civil e Comercial, o TUI recebeu em 2016, um total de 172 pedidos de citação ou notificação dos tribunais do interior do País. Enquanto os tribunais da RAEM emitiram 56 pedidos de citação ou notificação para o interior do País.

Até ao final de 2016, o Tribunal de Segunda Instância recebeu 16 pedidos para examinação e confirmação de decisões judiciais ou arbitrais proferidas por tribunais do interior do País, enquanto os tribunais judiciais de base trataram três processos executórios de decisões proferidas por tribunais ou árbitros do interior da China, já examinadas e confirmadas pelo Tribunal de Segunda Instância.

## Declarações de bens patrimoniais

Em 2016, o TUI, ao implementar as disposições da Lei n.º 11/2003 e atender individualidades no procedimento de declarações de bens patrimoniais, abriu 152 novos processos individuais e tratou 2010 declarações, envolvendo 1556 indivíduos, e procedeu à compilação e renovação, de forma constante e nos termos da lei, do conteúdo dos processos individuais de declarações de bens patrimoniais.

Por outro lado, segundo as disposições do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 1/2013, que entrou em vigor em Abril de 2013, e as disposições do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 11/2003, alterada por aquela lei, o Serviço do TUI disponibiliza, no seu website, o conteúdo da Parte IV de todas as declarações recebidas que deve ser publicado nos termos da lei. Em 2016, foram publicados e podem ser consultados no website os documentos entregues por 294 individualidades pelo que constam documentos relativos a declarações de 430 individualidades publicados e disponíveis para consulta no website. Neste momento, os documentos relativos às declarações de bens patrimoniais, que foram publicados e podem ser consultados no website, totalizaram 1932, envolvendo 592 individualidades.

## Retrospectiva e perspectiva da reforma judiciária

O presidente do Tribunal de Última Instância, Sam Hou Fai, fez uma retrospectiva das reformas do sistema judiciário realizadas ao longo dos últimos 17 anos, no seu discurso proferido na Sessão Solene de Abertura do Ano Judiciário de 2016/2017: "Após a transferência dos poderes, efectuaram-se duas revisões à Lei de Bases da Organização Judiciária: criaram-se juízos especializados de modo a promover a especialização dos juízes; reforçou-se gradualmente o número de magistrados e funcionários de justiça para aliviar a carência de recursos humanos dos tribunais; alteraram-se as leis processuais para simplificar, em certa medida, os processos judiciais, alcançando, assim, maior eficiência e qualidade no julgamento. No entanto, apesar destas medidas adoptadas, afigura-se agora que o sistema judiciário, o funcionamento e a gestão administrativa da justiça têm ainda enorme espaço para progredirem. Aqui, gostava de manifestar novamente a minha esperança: que o Governo e o órgão legislativo possam promover energicamente a revisão da Lei de Bases da Organização Judiciária, por forma a aperfeiçoar o funcionamento do sistema judiciário. A ênfase deverá ser colocada no ajustamento e melhoramento da repartição das competências judiciais, que permitirá aos tribunais elevar a eficiência judicial com melhor aproveitamento dos recursos ora disponíveis, e na garantia do direito e interesse ao recurso das partes com vista à concretização da imparcialidade judicial: primeiro, ajustar a competência do tribunal colectivo do Tribunal Judicial de Base, alargando adequadamente o âmbito de intervenção dos juízes de tribunal singular no julgamento da matéria de facto nas acções cíveis, laborais e administrativas, reduzindo, deste modo, a carga do tribunal colectivo; segundo, baixar a alçada do Tribunal de Segunda Instância nos processos contenciosos em matéria administrativa, fiscal e aduaneira quando este julga em primeira instância, para que das respectivas decisões seja possível recorrer para o Tribunal de Última Instância; terceiro, modificar as competências do Tribunal de Última Instância e do Tribunal de Segunda Instância nos processos crimes, no sentido de fazer competir ao Tribunal

de Segunda Instância o julgamento das algumas causas penais que ora compete ao Tribunal de Última Instância julgar em primeira instância; quarto, ampliar adequadamente a competência do Tribunal de Última Instância, de tal forma que as causas graves, que atinjam interesses de grande dimensão ou que envolvam questões de direito importantes possam ser submetidas ao Tribunal de Última Instância para este proferir uma decisão definitiva, só assim se demonstrando melhor e respeitando a natureza e a posição do Tribunal de Última Instância enquanto órgão a que a Lei Básica confere o poder de julgamento em última instância na Região”.

## Combater os Crimes e Salvaguardar a Ordem Social



Em 2016, o número total de processos penais autuados pelo Ministério Público foi de 14.876, mais 414 processos, representando uma subida ligeira de 2,86 por cento quando comparado com o ano judicial de 2015. O Ministério Público procedeu ao ajustamento de estratégias, empenhando-se continuamente no melhoramento da eficácia de acusação e da eficiência processual, de forma a que foram concluídos 17.283 processos, mais 1672 processos, representando um aumento de 10,71 por cento face ao período homólogo do ano judiciário de 2015 e evidenciando-se progressivamente os resultados das medidas reformativas.

Dos processos findos acima aludidos, foram deduzidas 4479 acusações, envolvendo 6151 pessoas. De entre elas, 42,51 por cento, ou seja, 2615 eram residentes de Macau, 2422 residiam no interior da China, representando 39,38 por cento, 254 pessoas eram oriundas de Hong Kong, uma proporção de 4,13 por cento e 860 eram de Taiwan e de outros países ou regiões, ou seja cerca de 13,98 por cento. Estes números demonstram a complexa situação da

segurança pública de Macau, em que uma percentagem elevada do número de crimes envolve indivíduos não-residentes.

Dos processos penais, os crimes mais comuns foram o furto, roubo e danos com um total de 4866 casos, seguindo-se os de crimes contra a integridade física e crimes de imigração ilegal, com 1637 e 1362 processos respectivamente. As estatísticas demonstram que os crimes relacionados com o jogo ilícito e usura (796 processos) e crimes de branqueamento de capitais (223 processos), registaram um aumento considerável de cerca de 35 por cento face ao mesmo período do ano transacto, enquanto os crimes de burla, crimes cometidos no exercício de funções públicas e crimes provocados por acidentes de viação, bem como os crimes informáticos assinalaram uma diminuição considerável.

## **Supervisão da aplicação da lei e salvaguarda dos legítimos direitos e interesses**

Além da investigação criminal e das acções penais, o Ministério Público intervém, em representação da RAEM, nos processos, para fiscalizar a aplicação da lei e salvaguardar os legítimos direitos e interesses, designadamente como patrocínio officioso dos trabalhadores e sua família, mandatários dos incapazes, incertos e ausentes.

Em 2016, os delegados do procurador do Serviço junto do Tribunal Judicial de Base intercederam e compareceram na audiência de julgamento em 10.147 processos penais e em 386 recursos de processo penal e repostas a recurso. A par disso, o Ministério Público tratou um total de 75 processos de inquérito officioso sobre a paternidade/maternidade, 86 processos de regulação do poder paternal e 18 processos de impugnação de paternidade/maternidade. Por outro lado, em 2016, tratou de 1079 processos administrativos internos de diversas espécies acerca dos assuntos relacionados com a regulação do poder paternal, protecção social, tutela, adopção, impugnação de paternidade/maternidade e liquidação de herança vaga, entre outros e concluiu 1457 processos administrativos internos de diversas naturezas.

No âmbito dos processos de trabalho, o Ministério Público instaurou um total de 692 processos laborais, dos quais 264 eram de processos comuns de trabalho, 428 de acidentes de trabalho e doença profissional. Nestes termos, o Ministério Público presidiu, nos preceitos da lei, na tentativa de conciliação entre as partes dos referidos processos, conseguindo chegar a acordo na sua maioria, com excepção de apenas 23 processos comuns do trabalho e 48 processos relativos ao acidente de trabalho e doença profissional, nos quais foi proposta acção judicial. O Ministério Público irá continuar a cumprir as suas atribuições de salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores, de forma a promover a efectiva garantia destes direitos e interesses de acordo com a lei.

No âmbito dos processos administrativos, o Serviço do Ministério Público junto do Tribunal Administrativo participou no total em 354 processos administrativos de diversos tipos, dos quais 291 eram de processos contenciosos, 13 de acções de naturezas diversas, 26 de processos urgentes, 13 de processos de oposição à execução fiscal e interveio como representante principal da RAEM, em 11 acções.

Em 2016, os Serviços do Ministério Público junto do Tribunal de Última Instância e de Segunda Instância participaram num total de 1118 processos penais, civis, administrativos, conflitos de jurisdição e de competência e procedeu à confirmação de sentenças proferidas por tribunais fora de Macau. Emitiu 907 pareceres escritos e participou por 182 vezes em audiências ou conferências nos tribunais.

## Cooperação judiciária e reforço do intercâmbio com o exterior

Em 2016, o Ministério Público tratou um total de 85 processos da cooperação judiciária, nomeadamente processos de cooperação judiciária em matéria penal, civil e administrativa, que envolveram o interior do País, Hong Kong e Taiwan, bem como com 20 países. À medida que se tornam cada vez mais frequentes os contactos de Macau com o interior da China e o resto do mundo, é indispensável a criação dum sistema eficiente de assistência jurídica, estabelecendo-se alicerces importantes para o intercâmbio económico, comercial e cultural de Macau com o exterior.

Com vista o cumprimento das funções consultivas atribuídas ao Ministério Público pela Lei de Base da Organização Judiciária, o Gabinete do Procurador apresentou, em 2016, 12 pareceres jurídicos ao Chefe do Executivo, e 790 consultas e pareceres jurídicos aos serviços públicos, organismos sociais, instituições e residentes, e participou ainda em 164 concursos públicos realizados por serviços públicos para adjudicação de obras, aquisição de bens, mercadorias e serviços.

No que diz respeito ao intercâmbio com o exterior, o Ministério Público destacou representantes para participar na 29.<sup>a</sup> Edição da Conferência Internacional da Sociedade Internacional para a Reforma de Direito Criminal, na 21.<sup>a</sup> Conferência Anual e Assembleia Geral da Associação Internacional de Procuradores, na 14.<sup>a</sup> Conferência dos Procuradores-Gerais dos Países de Língua Portuguesa, na 10.<sup>a</sup> Conferência de Procuradores-Gerais da China-ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), na 14.<sup>a</sup> Conferência de Procuradores-Gerais dos Estados Membros da Organização de Cooperação de Xangai e no Encontro de Procuradores-Gerais dos Países BRICS 2016, entre outras. Por outro lado, o Ministério Público recebeu a visita a Macau das delegações da Suprema Procuradoria Popular, do Supremo Tribunal Popular, do Consulado-Geral da França em Hong Kong, do Ministério Público da República Portuguesa e da Procuradoria-Geral da República de Moçambique, e coordenou a deslocação das delegações de Portugal e de Moçambique ao interior da China para desenvolver actividades de intercâmbio, de modo a desempenhar o papel de Macau como ponte entre a China e os países de língua portuguesa.